

Índice

Órgãos Sociais	2
Mensagem do Presidente	4
Enquadramento Macroeconómico	8
Planeamento e Controlo de Gestão	12
Organização e Recursos Humanos	14
Organização	14
Recursos Humanos	16
Gestão do Risco	22
Compliance e Gestão do Risco	24
Auditoria	25
Atividade Comercial	26
Gestão da Carteira de Operações	28
Sistemas de Informação	30
Resultados da Atividade	32
Depósitos e Crédito	32
Balço	34
Conta de Exploração	36
Síntese	40
Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício	42
Anexos	44
Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	
Certificação Legal de Contas	

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, cuja Mesa Administrativa, eleita trienalmente em Assembleia Geral, é composta por sete elementos, e é presidida pelo Senhor Provedor António da Fonseca Marcos.

A gestão da CEM é assegurada por um Conselho de Administração, igualmente eleito em Assembleia Geral, que é composto por três membros.

Os Órgãos Sociais da Instituição são a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, cujas composições abaixo se indicam, para o triénio 2011/2013:

Mesa Assembleia Geral

João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes

José Lima do Amaral Mendonça

Manuel Olim Perestrelo

Conselho de Administração

Carlos Manuel Brasil da Silva Raulino

José Mancebo Soares

Leonildo Garcia Vargas

Conselho Fiscal

Marco André Forjaz Rendeiro

José Humberto Farinha de Melo

Nuno Alberto Lopes Melo Alves

Caros Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo,

A consolidação do projeto Europeu, congregando as componentes económicas, financeiras, sociais e culturais, continua a ser o fator decisivo para que a União Europeia se assuma, no contexto mundial, como um histórico processo de desenvolvimento equilibradamente integrado.

É reconhecido hoje, que o alargamento a 27 países, decorreu a um ritmo de decisão política não devidamente acompanhado, com um conjunto de políticas de harmonização claramente indispensáveis no âmbito de matérias tão sensíveis como os sistemas orçamentais, fiscais, laborais, ambientais e até mesmo educacionais, provocando claros desequilíbrios entre Estados Membros, evidenciando as assimetrias existentes e relevando as disparidades competitivas.

Hoje, a Europa conta com a constituição de grandes espaços económicos concorrentes, a nível Mundial, sustentados em estruturas demográficas mais favoráveis, na ótica da idade média e do crescimento da população, das políticas sociais e laborais existentes, e da forma como é fomentado o investimento, transformando os BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China, a par com os Estados Unidos da América, em áreas concorrenciais com condições de remeterem a Europa para um plano secundário.

Caberá a todos nós, incluindo naturalmente as Instituições Financeiras, contribuir para que cada país *per si* retome os princípios básicos do equilíbrio macroeconómico e que garanta a permanência da nossa moeda única como fator de orgulho e coesão Europeia.

A vivência no regime atual de ajuda externa dificulta ainda mais o contributo de Portugal para este ambicioso projeto Europeu.

Foi neste ambiente de excessivo endividamento estrutural, do Estado, das empresas, da banca e dos particulares, com o consumo e o investimento em decréscimo acelerado e naturalmente com os indicadores do desemprego a atingirem valores históricos, que a economia real vem sobrevivendo muito à custa da qualidade do nosso povo, e da capacidade das empresas nacionais, de se reestruturarem e de se adaptarem aos novos desafios, colocando a vertente exportadora como o elemento mais importante do equilíbrio das contas públicas, assumindo-se este setor como verdadeiro pilar nacional.

Não foi fácil ao setor bancário Português operar neste difícil contexto.

Com um tecido empresarial descapitalizado e muito focalizado no equilíbrio das suas contas de exploração, descurando planos estratégicos e investimentos, em conjugação com um decréscimo generalizado do rendimento disponível dos particulares, a gestão bancária teve que se ajustar a

esta nova realidade, criando também as suas prioridades em termos de modelo de negócio e critérios de atuação.

A intervenção do Banco Central Europeu a nível da recapitalização dos bancos veio resolver o grave problema do reequilíbrio dos rácios de capital dos grandes bancos portugueses, e estabilizar os níveis de liquidez do sistema, atenuando a pressão sobre o nível das taxas de juro.

A obrigação do cumprimento dos rácios de cobertura dos depósitos relativamente ao crédito concedido, veio condicionar decisivamente os níveis de crédito concedido à economia e aos particulares, representando um fator severo de relançamento da atividade económica.

As imparidades provenientes da degradação da carteira de crédito das instituições bancárias, da dívida soberana de alguns países e da desvalorização imobiliária, bem como negócios mal sucedidos em mercados internacionais, levaram a uma contração substancial dos resultados dos Bancos portugueses, muitos deles ainda apresentando importantes resultados negativos.

Felizmente por vivermos numa Região Autónoma, com as suas dificuldades intrínsecas, mas com uma cultura de prudência e de uma gestão financeira reconhecidamente sensata, conseguiu-se minimizar os efeitos da crise internacional e nacional.

São visíveis, nos Açores, os mesmos efeitos ao nível do investimento, do emprego, do rendimento e do consumo, mas de forma mais suavizada, pelo que o impacto na nossa atividade bancária foi de certa forma mitigado.

A nossa tradicional forma de gestão bancária, assente em princípios de conservadorismo e bom senso, permitiram a manutenção de elevados níveis de liquidez da Instituição, na concretização de um crescimento do volume de crédito concedido sustentado numa cuidada análise de risco, e a manutenção e crescimento de um volume de depósitos consolidado e distribuído por uma carteira de clientes, que ao longo de gerações vem reconhecendo nesta Instituição o seu parceiro financeiro.

Os nossos objetivos estratégicos, de crescimento orgânico na Região Autónoma dos Açores, na fase atual ou de cobertura nacional no futuro, sob a forma de Caixa Económica, ou transformada em Banco, estão sempre presentes e dependentes da evolução do mercado e da consolidação de fatores organizativos em fase final de execução.

Desenvolvemos no ano em análise, uma reestruturação orgânica e funcional, que nos garantirá melhor operacionalidade com racionalidade, melhor aproveitamento dos nossos recursos humanos, e cumprimento adequado das normas de compliance.

Demos passos significativos no sentido de criarmos competência interna no âmbito do sistema de informação, garantindo a nossa autonomia futura numa área crucial em termos da banca do futuro.

Organizamos também de forma muito criteriosa todo o processo de crédito, desenvolvendo um workflow específico, definindo um novo procedimento na análise e qualificando o setor de Análise de Crédito com recursos humanos devidamente preparados para a função.

Dotamos o Departamento de Compliance e Risco dos meios necessários ao desempenho de uma função cada vez mais importante e exigente no acompanhamento das leis e normativos vigentes e da atividade corrente.

Fruto de uma atuação muito profissional e eficaz, conseguimos apresentar um crescimento de 6% em volume de depósitos e 17% na carteira de crédito, valores bastante interessantes para o setor bancário.

Efetuamos todas as provisões consideradas necessárias e prudentes, tendo em consideração a carteira de crédito, as aplicações financeiras, incluindo dívida soberana, imóveis e Fundo de Pensões.

Foi com grande satisfação que devolvemos à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, os imóveis rústicos que compunham parte do nosso Capital Social, embora já não contando para efeito do cálculo dos Fundos Próprios.

As alterações do Orçamento de Estado eliminaram o Regime de exceção que a nossa Instituição usufruía, em âmbito de IRC, pelo que este ano e pela primeira vez, a nossa atividade ficou totalmente sujeita a este imposto, com reflexos no Resultado Líquido do Exercício.

Num ano de adversidade, apresentamos em nosso entender, um resultado significativo, contrariando a tendência do setor bancário e representando o efeito de uma gestão muito criteriosa e controlada, refletindo também as boas aplicações dos recursos colocados á nossa guarda.

O nosso agradecimento a todos aqueles que optando pelos nossos serviços, reconhecem na nossa Instituição um parceiro financeiro com solidez, modernidade e proximidade, e que direciona parte dos seus resultados para cofinanciar obra social.

Um agradecimento aos Órgãos Sociais e à estrutura de recursos humanos que diariamente conosco colaboram na partilha e persecução dos nossos objetivos.

Conscientes da importância que a nossa Instituição representa para o processo de desenvolvimento regional dos Açores, reafirmamos a continuidade dos nossos valores centenários.



Presidente do Conselho de Administração

Carlos Raulino

A economia mundial cresceu em 2012, 3,2%, embora tenha registado o segundo ano sucessivo de abrandamento. Tal como já acontecera em 2011, assistimos a um forte ritmo de crescimento durante a primeira metade do ano, o qual desceu no segundo semestre, quer nas economias desenvolvidas, quer nos emergentes, embora aí o nível de crescimento anual tenha sido bastante dispare: 1,3% nas economias desenvolvidas e 5,1% nas economias emergentes.

O ano de 2012 ficou igualmente marcado pela propagação da crise da dívida soberana na Europa, após o contágio da mesma à dívida italiana e espanhola, situação agravada ainda pelas incertezas políticas em alguns países, pelo pedido de assistência ao setor financeiro espanhol, e pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia. Com o receio dos investidores sobre a situação das finanças públicas a agravar-se até meados do ano, alguns Governos encontraram-se de novo obrigados a reforçar as medidas de austeridade.

Na Europa, destaque para os novos compromissos no sentido de reforçar a coordenação das políticas económicas, de fiscalização orçamental, e de aumento do poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, desta feita junto do setor bancário, tendo para isso sido dados os primeiros passos com vista à criação de um mecanismo único de supervisão bancária.

A Área Euro (AE) em 2012 terá voltado a apresentar crescimento negativo (-0,4%), tendo assim a economia voltado a cair em recessão pela segunda vez em quatro anos. Esta retração assentou primordialmente na procura doméstica.

Para esta evolução contribuiu o desempenho desfavorável dos chamados países periféricos. Quanto aos restantes Estados Membros da AE, nomeadamente os principais, embora tenham crescido, registaram fortes abrandamentos. O desemprego na região continuou a aumentar em 2012, tendo a taxa de desemprego atingido 11,8%, perto do final do ano, o nível mais elevado desde o verão de 1990.

Nos EUA, apesar da crescente incerteza relacionada com o forte ajustamento orçamental previsto para 2013, o ritmo de crescimento ligeiramente acima das expectativas teve um contributo positivo no sentimento dos investidores. De destacar a substancial melhoria do mercado de habitação, quer ao nível de preços, quer ao nível de vendas.

Os níveis de crescimento mais elevados foram registados pelas economias emergentes, que, contudo, evidenciaram algum abrandamento, sobretudo na segunda metade do ano, conforme já referido.

No bloco asiático voltou a assistir-se às maiores taxas de crescimento. A atenção dos investidores esteve centrada, quer na China que, após três trimestres de forte desaceleração económica voltou a registar acentuado crescimento nos últimos três meses do ano, quer no Japão, onde a atividade voltou a terreno negativo.

Destaque ainda para o desempenho da economia brasileira, cuja expansão foi inferior à esperada. O Banco Central do Brasil decretou sete reduções da taxa diretora, tendo em paralelo sido anunciados pelo governo novos estímulos ao consumo e ao investimento.

Num contexto económico com expectativas de moderação de crescimento e com subutilização de capacidade produtiva é compreensível uma diminuição da inflação na generalidade dos países, sendo que, entre os países emergentes o nível de pressão sobre os preços continuará a fazer-se sentir de forma relativamente mais intensa. Pressões decorrentes de processos de industrialização nas economias emergentes e de fatores de oferta pelos países exportadores de petróleo contribuem para o preço da energia permanecer em níveis consideráveis, o que tem tido um efeito altamente perverso na atividade produtiva.

A desaceleração da economia na área do euro encontra-se influenciada por abrandamento da procura interna, efeitos da crise das dívidas soberanas, repercussões da desalavancagem do sector bancário na economia real e, ainda, por impacto das medidas de consolidação orçamental postas em prática na generalidade dos países.

Em 2012 a inflação não constituiu um obstáculo à implementação de medidas de estímulo à economia, uma vez que se observou uma tendência de moderação, permanecendo ancoradas as expectativas para a respetiva evolução.

Na AE, a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 2,5%, abaixo dos 2,7% de 2011, tendo o principal contributo vindo dos preços energéticos.

A política económica portuguesa vem prosseguindo objetivos de correção dos desequilíbrios orçamental e externo e de reforço da estabilidade do sistema financeiro, com vista a criar condições de competitividade e crescimento, nomeadamente através do desenvolvimento de atividades de maior valorização e utilização de recursos endógenos.

A consolidação orçamental prossegue conjuntamente a uma contração da economia, sendo a redução da procura interna parcialmente compensada por exportações de empresas portuguesas a reorientarem parte da sua produção para o mercado externo.

No decurso de 2012 prosseguiu o processo de ajustamento da economia portuguesa caracterizado pela redução das necessidades de financiamento líquidas dos diversos setores da economia, bem como pelo ajustamento do balanço dos bancos através do aumento dos rácios de solvabilidade e da redução dos rácios de transformação, o que teve forte impacto no financiamento da economia.

A economia nacional recuou 3,2% em 2012, agravando a recessão do ano anterior, de acordo com dados divulgados pelo INE. Trata-se da pior recessão desde 1975.

A contribuir para esta deterioração económica estiveram tanto a procura externa como a procura interna.

Os dados mostram que o contributo positivo da procura externa líquida (exportações menos importações) passou de 4,7 pontos percentuais em 2011 para 3,9 pontos percentuais em 2012, "em resultado da desaceleração das exportações de bens e serviços".

Do lado da procura interna (que engloba o consumo das famílias, do Estado e o investimento público e privado), o contributo negativo agravou-se, passando de 6,3 pontos percentuais em 2011 para 7 pontos percentuais em 2012.

O INE refere ainda, que esta deterioração se deve a uma "redução mais intensa do consumo privado".

Os números do INE mostram ainda que a economia portuguesa passou a ser excedentária face ao exterior. Em 2012, a economia nacional apresentou um saldo externo de 0,4% do PIB, o que se deveu "em larga medida, à melhoria do saldo externo de bens e serviços e do saldo dos rendimentos primários". Em 2011, a economia portuguesa apresentava um défice externo de 5,6% do PIB.

Por sua vez, o emprego total para o conjunto dos ramos de atividade da economia portuguesa diminuiu 4,2% em 2012 (variação de -1,5% em 2011), sendo que a taxa de desemprego em 2012 terá ficado pelos 15,7%.

Nos Açores ainda não são conhecidos dados relacionados com a atividade produtiva, mas à semelhança do que já acontecera em 2011, tudo leva a crer que em 2012, a variação do PIB nacional (-3,2%) tenha sido mais acentuado do que na RAA, o que demonstra que a Região foi a que melhor resistiu à crise.

Contudo, tem-se vindo a assistir a uma certa constância da taxa de desemprego, (15,3% em 2012 e 15,1% em 2011), não obstante o reconhecimento de que os pacotes governamentais de combate ao desemprego têm surtido efeitos atenuantes, só que ainda muito aquém do esperado e desejado pelos agentes económicos.

Durante o ano de 2012, a variação de preços no consumidor deslizou no sentido ascendente. Neste crescimento de preços participaram aumentos de custos em aquisições de bens energéticos e de produtos alimentares não transformados. Efetivamente, não contabilizando estes produtos, a respetiva inflação subjacente regista uma taxa a um nível inferior.

A taxa de inflação regional ficou-se pelos 2,9% contra os 2,8% do País.

Se analisarmos alguns indicadores parcelares, com base na informação disponibilizada pelo INE, vemos que durante 2012, os que tiveram evolução positiva foram os relacionados com a entrega de leite nas fábricas, bem como o gado abatido, sendo que os restantes tiveram uma evolução francamente negativa (venda de cimento - 35,2% do que em 2011, automóveis ligeiros de passageiros com - 36,9%, licenças de construção com - 35,3%, dormidas com - 7,5%, etc...), o que é revelador do clima de contraciclo que se viveu na economia dos Açores durante o ano de 2012.

Foi, em Dezembro de 2012, criada a área de Planeamento e Controlo de Gestão, tendo por principal objetivo promover a implementação de uma gestão orçamental global ativa na CEMAH, como forma de potenciar a tomada de decisão e a avaliação de desempenho e maximizar a responsabilização e a racionalização de recursos, assegurando o seu crescimento progressivo e sustentável.

O Plano Estratégico a 3 anos, 2013 a 2015, contempla as linhas gerais de orientação de gestão tendo em consideração o meio ambiente envolvente da atividade bancária e a previsão da evolução das suas principais componentes.

É essencial medir a tendência de evolução dos Depósitos e do Crédito, e a obtenção de um volume global da atividade capaz de garantir os indispensáveis níveis de sustentabilidade.

Naturalmente, a evolução dos gastos operacionais assume carácter prioritário de projeção, acompanhamento e tomada de medidas retificativas.

Parâmetros como, Controlo Interno, Compliance e Análise de Risco são indispensáveis nesta complexa matriz de avaliação. A complexidade dos mercados obriga a uma tomada de decisão cada vez mais sustentada em informação estatística, em análise de correlações, de tendências e de diferentes cenários.

Partindo a gestão orçamental da preparação do orçamento anual, como instrumento de tradução financeira dos objetivos traçados e parte integrante do processo de planeamento de atividades, foi em 2012 elaborado e aprovado o orçamento de exploração para 2013.

A execução do referido orçamento será, em 2013, objeto de acompanhamento trimestral, com os desvios identificados a serem objeto de análise criteriosa, de onde poderá resultar a implementação de eventuais medidas corretivas e/ou ajustamento estratégico, de acordo com a evolução dos resultados e/ou de outros indicadores exógenos.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Organização

Sistema de Controlo Interno

Relativamente ao Ambiente de Controlo, área que se reveste de elevada importância para o Departamento de Organização, visto que o mesmo reflete a atitude e os atos da instituição perante o Controlo Interno, realçamos:

- Relatório anual sobre a adequabilidade do Sistema de Controlo Interno: foram efetuadas auditorias aos processos da CEM, tanto externas como internas (função de "compliance", função de gestão de riscos e função de auditoria interna), assim como foram apontadas pelo Conselho Fiscal as deficiências detetadas no âmbito da sua ação fiscalizadora. O relatório foi entregue ao Órgão Supervisor na data e nos moldes estabelecidos;
- Estrutura organizacional: No segundo semestre de 2012 foi reestruturado o Organigrama, com o objetivo de o mesmo se adequar às necessidades funcionais da CEMAH. Resultados práticos e visíveis desta alteração orgânica, esperam-se no ano de 2013, inculindo uma nova dinâmica e acompanhamento aos projetos da CEMAH.

Plano de Contingências

De modo a garantir uma evacuação segura de colaboradores e clientes da CEMAH, foi ministrada, em 2012, formação específica para colaboradores bem como testado o plano de contingências.

Compliance

Foi assegurada a divulgação interna dos normativos legais aplicáveis à CEMAH.

Património e Equipamentos

Gestão de Imóveis Recebidos em Reembolso de Crédito Próprio

Durante 2012, analisou-se a eventual constituição de uma sociedade imobiliária, com o objetivo da mesma gerir toda a carteira de Imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio. Apesar da conjuntura de mercado extremamente desfavorável, a CEMAH vendeu em 2012, 21 imóveis, tendo recebido 14.

Obras

Continuando a política que a CEMAH tem vindo a desenvolver, no sentido de manter todos os edifícios da Instituição em boas condições de conservação e aparência e, acompanhando as exigências de modernidade e funcionalidade, procedeu-se a pequenas obras de conservação as quais tiveram igualmente presentes as atuais exigências da Banca, designadamente normas de segurança.

Em 2012 realizaram-se as obras de adaptação com vista à abertura da nova agência em Angra do Heroísmo – Edifício do Hospital, tendo esta sido inaugurada a 2 de Julho.

Processo Viaturas

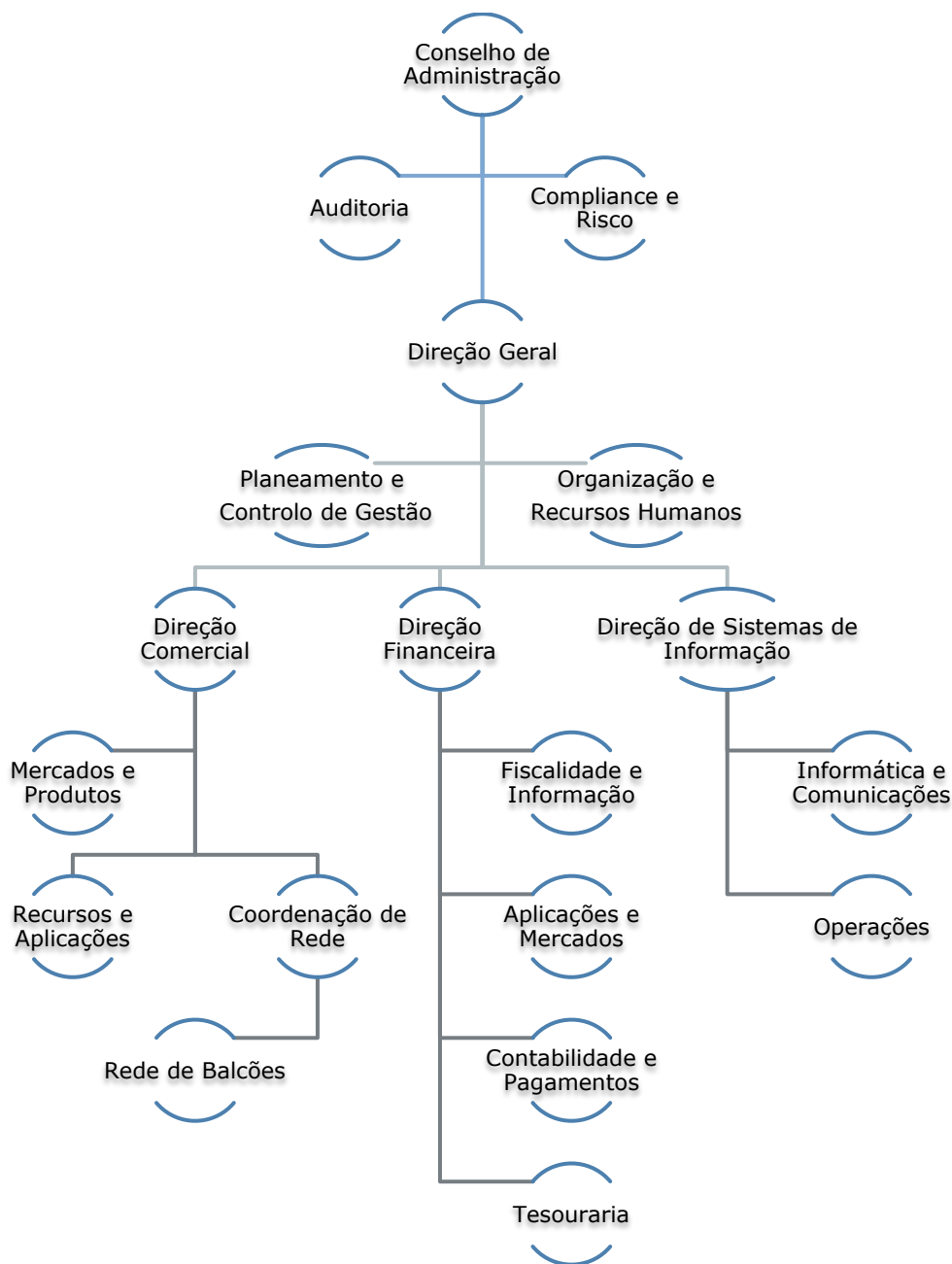
Manteve-se atualizado o processo de gestão das viaturas no que respeita aos cadastros individuais e mapas de gestão

Equipamento

Manteve-se um cuidado especial sobre a manutenção e acompanhamento de todos os equipamentos, sempre com vista ao prolongamento da sua vida útil.

Recursos Humanos

Estrutura Orgânica



Concretizou-se em 2012 adaptações na estrutura orgânica da CEMAH, com vista a tornar mais eficiente a gestão de recursos, criar métodos e processos mais aperfeiçoados e continuar a melhorar a relação com os clientes.

Foi preocupação nesta afinação do organigrama potenciar a qualificação técnica e aptidão dos nossos recursos humanos, para funções técnicas específicas, melhorando substancialmente a

afetação de recursos a áreas prioritárias garantindo-se racionalidade, operacionalidade e eficiência.

Desta forma, foi criada com reporte direto à Direção Geral, a nova área de Planeamento e Controlo de Gestão, cujo principal objetivo é assistir o Conselho de Administração e a Direção Geral, nas áreas do Planeamento Estratégico, Orçamentação, produção e tratamento de informação e naturalmente o controlo de gestão.

O Departamento de Organização congregou a área dos Recursos Humanos, combinando de forma inteligente processos com pessoas, criando-se uma área de valor acrescentado na perspetiva da simplificação de circuitos operacionais e de melhoramentos da produtividade.

Foi criado o Departamento de Operações contemplando o Processamento de Dados e toda a centralização de Operações da Instituição, proporcionando um alívio de carga administrativa aos Balcões e beneficiando o sistema de controlo das operações.

Na Direção Financeira, as áreas de Controlo de Gestão e de Fiscalidade e Contabilidade foram desagregadas em três novas áreas: Fiscalidade e Informação, Aplicações e Mercados e Contabilidade e Pagamentos.

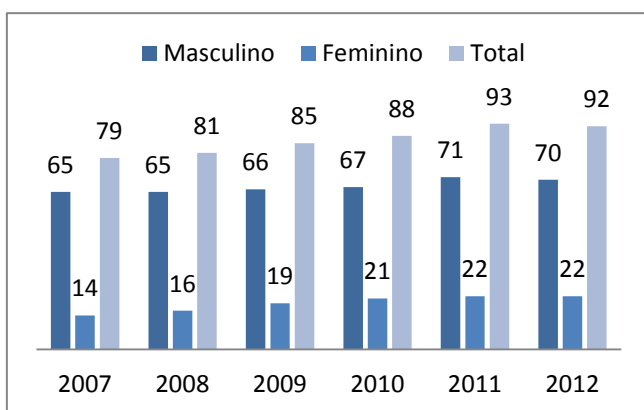
Estas alterações mantiveram a preocupação de conformidade em relação às orientações expressas no Comité de Basileia.

Distribuição dos Recursos Humanos

Quadro Geral dos Recursos Humanos

Pessoal	Masculino	Feminino	Total
Ativos	70	22	92
Reformados	25	1	26
Pensionistas	1	14	15
Total	96	37	133

No final de Dezembro de 2012, a CEMAH contava com um total de 92 colaboradores ativos, resultante de uma nova admissão e de duas saídas, uma por motivo de aposentação e outra por falecimento.



No quadro acima não são contemplados os 14 Estagiários acolhidos na CEMAH ao abrigo dos Programas Estagiar L e T.

Evolução do número de ativos

Durante o ano de 2012, foi admitido um novo colaborador, resultante da necessidade que decorreu da abertura do novo balcão do Pico, localizado em São Roque.

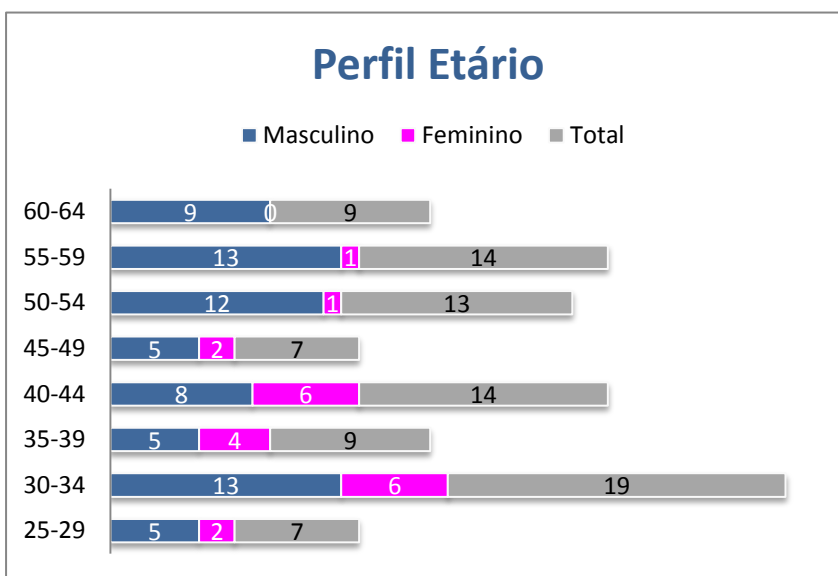
Distribuição dos ativos pelos balcões e serviços

Balcões / Serviços	Total
Serviços Centrais	31
Angra do Heroísmo	14
São Mateus	5*
Biscoitos	2
Hospital	2
Praia da Vitória	7
Calheta	4
Velas	5
Horta	6
Santa Cruz Graciosa	5*
Madalena	5**
São Roque	2
Ponta Delgada	4
Total	92

*Inclui 1 deputado eleito em 11/2004, para a Assembleia Legislativa Regional

**Inclui 1 requisitado desde 7/2002, pelo Governo Regional

A distribuição dos colaboradores por cada balcão/serviço manteve-se dentro dos mesmos critérios dos anos anteriores.



Perfil etário dos colaboradores

Manteve-se uma predominância de idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos e os 55 e 59 anos, para os homens e entre os 30 e os 34 anos e os 40 e 44 anos, para as mulheres, sendo que, em termos de média global de idades, a dos homens foi

de 45 e a das mulheres 38, encontrando-se a média global nos 44 anos.

Política de Remunerações dos Órgãos Sociais

Tendo em consideração a publicação da Lei n.º 28/2009 e do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal e os seus Estatutos, foi definida e aprovada em Assembleia Geral de 12-11-2012 a política de remuneração para os Órgãos de Administração e Fiscalização da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, assente nos seguintes aspetos principais:

1. Os membros efetivos do Conselho de Administração da CEMAH recebem uma gratificação fixa que é definida, segundo os art.º 9º e 30º, alínea d) dos seus Estatutos, em reunião plenária, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e representante da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.
2. Os membros não efetivos do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração.
3. A nenhum órgão social é atribuída qualquer remuneração variável.

O texto integral da política de remunerações dos Órgãos Sociais encontra-se disponível em www.cemah.pt.

A remuneração do Conselho de Administração da CEMAH é definida segundo os art.º 9º e 30º, alínea d), dos seus Estatutos, em reunião conjunta do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Representante da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Em 2012, os valores aprovados para os membros do Conselho de Administração (Carlos Manuel Brasil da Silva Raulino; José Mancebo Soares; Leonildo de Garcia Vargas), foram de 40.021,65 Euros anuais individuais, perfazendo um total global de 120.063,30 Euros, não existindo em qualquer um dos órgãos remuneração variável.

Os membros do Conselho Fiscal (Marco André Forjaz Rendeiro; Nuno Alberto Lopes Melo Alves; José Humberto Farinha de Melo) têm uma remuneração sob a forma de senhas de presença (art.º 13º dos estatutos), anual individual de 2.394,24 Euros, num total global de 7.182,72 Euros.

Política de Remunerações dos Colaboradores (n.º 2, art.º 1º do aviso n.º 10/2011 do BdP)

No cumprimento das disposições do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal é divulgada a informação seguinte, relativa à política de remuneração dos colaboradores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo:

1. Os colaboradores abrangidos pelo n.º 2 do artigo 1.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal auferem uma remuneração fixa, materializada em 14 pagamentos por ano, de acordo com as condições dispostas no ACT do sector bancário.
2. Poderá ser atribuída anualmente, em função dos resultados do exercício e por decisão do Conselho de Administração, uma remuneração variável, suportada num processo de avaliação de um conjunto de competências, a qual corresponde apenas a um prémio de desempenho.
3. A quantificação do referido prémio tem por base a avaliação do desempenho internamente definida, aprovada e divulgada, sendo aplicada de forma semelhante à generalidade dos colaboradores.
4. O Conselho de Administração valida os resultados finais da avaliação de desempenho efetuada pela hierarquia direta dos colaboradores.
5. Em 2012, no que respeita aos diretores os valores auferidos a título de remuneração fixa ascenderam a 292.129 Euros e a título de prémio de desempenho a 11.360 Euros, relativamente às funções de controlo – Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos, os valores correspondentes foram de 68.246 Euros e 4.400 Euros respetivamente.
6. O prémio atribuído assume sempre a forma pecuniária, suportando-se no resultado do ano transato.

Formação

Em 2012 houve um investimento acrescido em formação, atingindo um valor de 44.604 euros, traduzindo a crescente preocupação da Instituição na atualização dos seus recursos Humanos. Foram abrangidos 83 colaboradores, num total de 2.939 horas de formação (interna e externa).

A formação interna foi ministrada pelas áreas de Recursos Humanos (Formação Inicial, Gestão do Inventário-Primavera e Plano de Emergência e Evacuação), Organização (Manual de Qualidade e Intranet) e Auditoria Interna (Requisitos nas Reclamações Oficiais), perfazendo um total de 487 horas de formação.

Para a formação externa, a CEMAH recorreu a um leque variado de entidades formadoras, sendo de realçar o Banco de Portugal e o Instituto de Formação Bancária, no desenvolvimento das formações de carácter obrigatório, Anti-Money Laundering & Counter- Terrorism Financing (Branqueamento de Capitais) e Conhecimento da Nota de Euro.

Fundo de Pensões

A CEMAH continua a cumprir todas as suas obrigações de dotações para o Fundo de Pensões e a deduzir no seu resultado líquido os encargos diferidos daí decorrentes. A contribuição da CEMAH para o Fundo de Pensões foi, em 2012, de 416 milhares de euros e será do mesmo montante para 2013, baixando para 194 milhares de euros em 2014 e 2015, ano em que a Instituição ficará completamente liberta dessa responsabilidade.

De realçar que a rentabilidade do Fundo de Pensões foi em 2012, de 6,6%, fruto de uma gestão criteriosa, conservadora e que soube aproveitar, no melhor sentido, os retornos positivos existentes nas principais classes de ativos dos mercados financeiros.

GESTÃO DO RISCO

A atividade da Gestão do Risco no ano de 2012 abrangeu procedimentos que visam assegurar a eficaz execução das políticas que sustentam o perfil de risco da Instituição no que concerne, nomeadamente, aos processos de identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos considerados materiais.

A gestão integrada do risco diluiu-se pelos processos resumidamente descritos de seguida:

Stress Testing

- Neste âmbito procedeu-se à avaliação da capacidade do capital interno da CEMAH na absorção de choques, à identificação de vulnerabilidades e definição de medidas corretivas a adotar que lhe façam face, sendo que para todos os impactos nos testes aos riscos de fundo de pensões, taxa de juro e de crédito (incluindo o risco de concentração), o nível de solvabilidade foi suficiente e excedente para a absorção dos choques aplicados, mantendo-se sempre acima do mínimo regulamentar;

ICAAP (Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno)

- Este processo foi desenvolvido, de modo a assegurar que o nível de fundos próprios é apropriado ao perfil de risco da Instituição e, simultaneamente, asseverar que os processos instituídos suportam, adequadamente, o sistema de gestão de risco;
- Está em curso a preparação do relatório do ICAAP com referência a 31-12-2012;

Reporte Prudencial

- Foi organizada e disponibilizada informação diversa à Supervisão no cumprimento de regulamentos por esta emanados, sendo que à data de 31-12-2012 se incluíam neste processo 15 reportes ao Banco de Portugal.

Paralelamente à gestão integrada do risco, a CEMAH empregou um sistema de gestão individual de cada risco considerado material para o desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente:

Risco de Crédito (incluindo risco de concentração)

- Foram emitidos pareceres sobre propostas de crédito relevantes, determinando o seu impacto na exposição da CEMAH aos riscos de crédito e concentração, bem como na imparidade esperada para a carteira global de crédito;
- Quantificou-se o montante de imparidade da carteira de crédito (com uma periodicidade semestral), sendo que o cálculo com referência a 30-06-2012 permitiu

apurar uma imparidade total da carteira de crédito de 3.643 milhares de euros, existindo margem suficiente de provisões estatutárias (335 milhares de euros);

- Foram realizados relatórios trimestrais da exposição ao risco de crédito, que detalham as situações que requerem maior atenção, com análises de incumprimento, de evolução da carteira, de garantias existentes, concentração e de desvios dos níveis de tolerância definidos internamente;

Risco de Liquidez/Taxa de Juro

- Foram elaborados relatórios trimestrais de exposição aos riscos de liquidez e taxa de juro, com análises de *mismatches* e *gaps* de liquidez, remuneração de ativos e passivos, desvios dos níveis de tolerância definidos internamente, entre outros;

Risco Operacional

- Foram identificadas e analisadas as fontes deste tipo de risco, com o apoio dos diretores e responsáveis de área da CEMAH, e procedeu-se à quantificação periódica das perdas financeiras decorrentes de eventos de risco;
- Adicionalmente foi realizado um inquérito interno aos colaboradores da Instituição, de modo a relembrar a importância da articulação entre todos os colaboradores na prevenção e reporte de eventos de risco, bem como na identificação de deficiências em processos, e direcionar as ações futuras neste âmbito à supressão de lacunas existentes.

A atividade da função de Compliance e Gestão do Risco no ano de 2012 dividiu-se entre as duas áreas de controlo em questão como se apresenta de seguida:

Compliance

- Procedeu-se à identificação de indícios de incumprimento de normativos legais, regulamentos internos ou de práticas de relacionamento com os clientes e acompanhamento da respetiva regularização;
- Foram revistos os procedimentos internos de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, apoiada a implementação dos mesmos e posteriormente avaliada a sua eficácia e a necessidade de redefinição para melhor cumprimento das exigências legais e regulamentares;
- Foi preparado e disponibilizado à Supervisão o relatório anual de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- Elaborou-se o relatório anual da função Compliance, composto pelos incumprimentos detetados ao longo do ano e que se mantêm na data de referência, cujas deficiências integraram o relatório de controlo interno da instituição;
- Apresentaram-se os resultados obtidos nos pontos anteriores ao Conselho de Administração e prestou-se aconselhamento sobre ações e medidas corretivas a tomar.
- Emitiram-se pareceres diversos no âmbito de desenvolvimentos informáticos à aplicação bancária.

Controlo da Gestão do Risco

- Foram identificadas deficiências relativamente à adequação e eficácia do sistema de gestão de riscos;
- Procedeu-se à recomendação ou avaliação de medidas corretivas a tomar para supressão das deficiências anteriormente referidas e acompanhamento da sua implementação;
- Monitorizaram-se as políticas e diretrizes de gestão integrada do risco e foi concedida a perspetiva de risco no processo de tomada de decisão através da assessoria ao Conselho de Administração, nomeadamente ao nível da definição e atualização da política institucional de risco;
- Foi elaborado o relatório anual para o Conselho de Administração que integrou igualmente o relatório anual de Controlo Interno.

De forma abrangente a ambas as áreas de responsabilidade, verificou-se a participação na avaliação da política de remunerações da CEMAH definida em 2012.

O Plano de Atividades da Auditoria Interna em 2012 foi orientado por uma estratégia superiormente aprovada, direcionado prioritariamente para a identificação e a mitigação do risco, a adequação dos controlos, a eficácia dos processos e dos respetivos procedimentos, as melhores práticas profissionais e de sustentabilidade, melhor segurança interna, o cumprimento das regras de conduta e ética, a valorização do Processo de Controlo Interno na CEMAH.

Das atividades desenvolvidas em 2012, destacam-se:

- Os habituais controlos periódicos aos Caixas e à Tesouraria Central;
- Os trabalhos nos Balcões de Stª Cruz na Graciosa, na Madalena e São Roque do Pico, na Praia da Vitória;
- A elaboração da Versão 03_04-07-2012 do Código de Ética dos Auditores Internos;
- A elaboração semestral dos Relatórios Deficiências AI - Controlo Interno na CEMAH;
- As Análises aos Processos Branqueamento de Capitais e Reclamações Oficiais na CEMAH;
- A participação do Auditor Interno em 2 ações de formação, num total de 32h de formação profissional;
- A colaboração da Auditoria Interna da CEMAH com os Auditores Externos da PWC, nos Processos periódicos de Circularizações de Clientes e de Entidades Relacionadas com a CEMAH.

Para maior abrangência das suas atividades, tendo em conta a dimensão da Instituição e os recursos humanos afetos à função de auditoria interna, continuará a ser necessário para alguns casos o recurso à contratação de ajuda externa especializada, em regime de outsourcing.

Todas as atividades desenvolvidas respeitaram a legislação em vigor, os objetivos estratégicos da nossa Instituição, as Práticas Profissionais de Auditoria Interna recomendadas pelo IIA (The Institute of Internal Auditors).

Foram produzidos Relatórios de todas as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna.

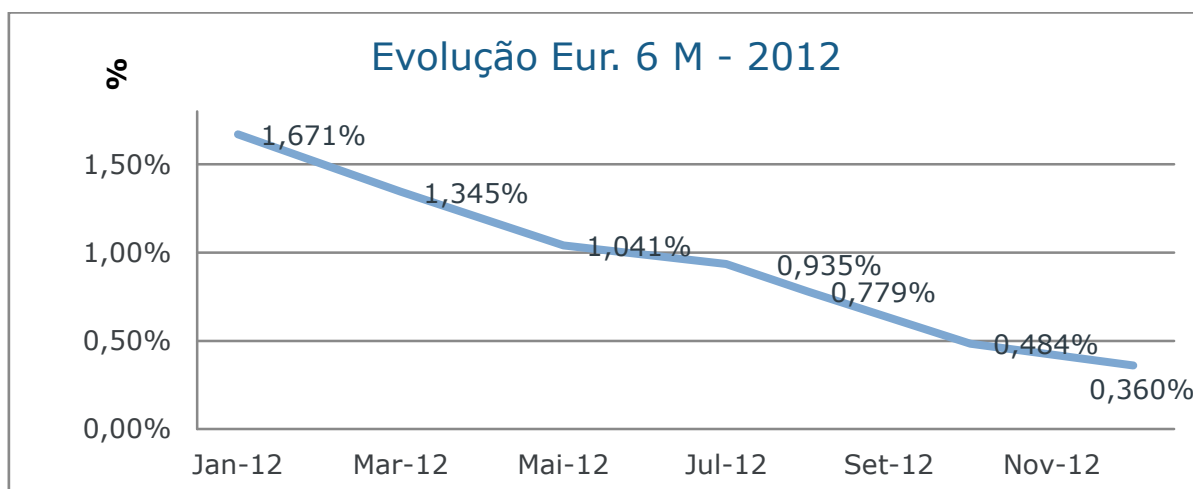
Elaboradas Atas oficiais de todas as reuniões da AI com o CA, realizadas durante o ano de 2012.

Enquadramento Geral e Estratégico

O ano de 2012 ficou assinalado pelo arrefecimento da atividade, quer nas economias desenvolvidas, quer nas emergentes, para o qual muito contribuíram as políticas orçamentais restritivas, a desalavancagem do setor privado, a contração da procura interna, e a incerteza associada à crise da dívida da Zona Euro, não ficando, naturalmente, a CEMAH alheia a esta situação.

A nível da política monetária, a decisão de reduzir a principal taxa diretora para um mínimo de 0,75% em julho, associada à descida da taxa de referência Euribor, constituíram um fator positivo para as empresas e particulares no que concerne aos custos com o financiamento.

A título de exemplo, salienta-se a evolução de um dos indexantes com maior referência na concessão de crédito:



A estratégia desenvolvida nos últimos anos, que combinou uma política seletiva de concessão de crédito com uma gestão muito atenta da carteira de depósitos e uma gestão prudente das respetivas taxas de juro, permitiram à Instituição não só a continuidade do financiamento do mercado regional como o seu crescimento.

Principais Acontecimentos em 2012

No exercício de 2012, destacam-se dois acontecimentos ao nível da expansão da rede comercial da CEMAH:

- A abertura de um balcão em S. Roque, na ilha do Pico
- A abertura de um balcão no novo Hospital da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo

A abertura destes novos pontos de negócio consubstancia a estratégia da Instituição no sentido de uma cada vez maior cobertura do mercado regional.

A opção por pequenas unidades de negócio com horário de funcionamento diferenciado, como é o caso do balcão no Hospital, constitui uma aposta da Instituição na cada vez maior disponibilização de serviços que vão ao encontro dos seus clientes.

Estas unidades permitem intensificar o atendimento personalizado e o enfoque no cliente, assegurando um serviço especializado e direcionado para o cliente e para as suas necessidades.

No que concerne ao relacionamento da CEMAH com outras Entidades, nomeadamente com o Governo da Região Autónoma dos Açores, há a realçar a continuidade do estreito relacionamento existente ao nível das parcerias já Protocoladas, que se têm revelado ser uma ferramenta de apoio na melhoria da gestão das tesourarias das diversas empresas.

Em matéria de gestão de patrocínios, apoios e publicidade, a Caixa Económica da Misericórdia, manteve a sua política de atribuição criteriosa e seletiva, tendo sempre presente o retorno de cada proposta para a imagem da Instituição.

Como principais patrocínios atribuídos, e apesar da redução significativa verificada, destacam-se os apoios às Sanjoaninas e às Festas da Praia da Vitória.

Crédito

Apesar da instabilidade dos mercados económicos e financeiros, na CEMAH, a carteira de crédito concedido (não representado por valores mobiliários) assinalou um crescimento de 17%, atingindo os 179.899 milhares de Euros no final de 2012, como resultado de um aumento do crédito vincendo.

O rácio de transformação de depósitos em crédito fixou-se nos 69,7%.

Manteve-se o desenvolvimento de uma política restritiva na concessão de crédito sob a forma de descoberto autorizado, privilegiando-se o crédito estruturado, assegurando sempre medidas de acompanhamento e análise criteriosa.

Particular atenção tem merecido a gestão do risco de crédito e das provisões associadas, relevantes na mitigação da percentagem deteriorada da carteira de crédito.

Também sido concentrados esforços no sentido da contínua atualização das avaliações dos colaterais reais de crédito, que para além de consubstanciar uma obrigatoriedade legal, permitem à Gestão ter sempre presente os valores reais dos imóveis que servem de garantia às operações de crédito ativas.

Gestão de Carteira de Depósitos

Em 31 de Dezembro de 2012, os recursos captados ascenderam a 258.386 milhares de Euros, (244.015 milhares de Euros no final de 2011), representando uma variação positiva de 6%, assistindo-se a uma absorção da variação negativa ao nível dos depósitos à vista pela evolução favorável das aplicações a prazo.

Produtos, Serviços e Canais

Durante o exercício de 2012, a Caixa Económica da Misericórdia norteou a sua atividade comercial pela prudência e constante observação do mercado.

O acompanhamento permanente traduziu-se numa revisão do Preçário sempre que se mostrou necessário, ajustando os seus produtos aos praticados pela concorrência e em consonância com os objetivos da área comercial.

Como principais canais há a destacar a rede de balcões, a netCEM e o netCEM Mobile.

Meios de Pagamento

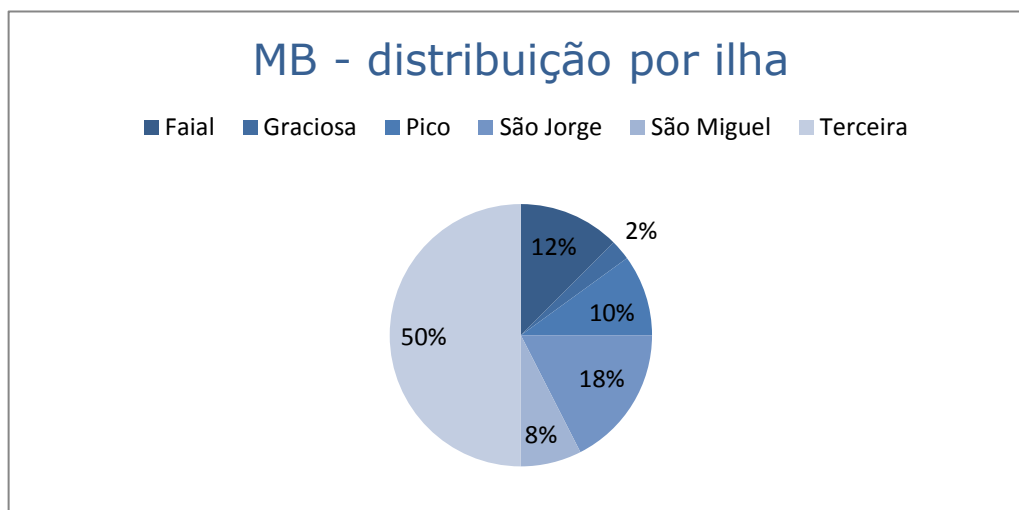
Foi dada continuidade à parceria estratégica com a SIBS e UNICRE, disponibilizando aos nossos clientes as Caixas Multibanco, Terminais de Pagamento Automático e Cartões de Débito e Crédito.

De salientar, em 2012, o investimento efetuado no novo projeto da CEMAH em matéria de Terminais de Pagamento Automático próprios, para além da aquisição do equipamento foram celebradas todas as parcerias que permitiram o arranque do projeto em 2013.

No âmbito da parceria com a UNICRE, os contratos de Terminais de Pagamento Automático totalizaram 133, mantendo praticamente o número de equipamentos instalados do ano anterior, apesar da elevada concorrência de outras instituições de crédito.

A CEMAH, e com base na rentabilidade dos equipamentos instalados, tem reajustado o seu parque de Caixas Automáticas, fazendo a rotação de equipamentos sempre que tal se justifique.

No fim do ano a Instituição possuía um parque de 40 Caixas Multibanco, distribuídas pelas diversas ilhas da seguinte forma:



Os cartões de Débito Visa Electron ativos, registaram o crescimento esperado cifrando-se em 16.037 cartões, o número de cartões emitidos, no fim do exercício.

Em 2012, a Direção de Sistemas de Informação desenvolveu uma série de projetos para responder aos desafios estratégicos lançados pelo Conselho de Administração da CEMAH, e tendo por base o investimento projetado, dos quais se destacam os seguintes:

CORE BANKING

Procedeu-se ao desenho da arquitetura tecnológica e ao desenvolvimento parcial do módulo de crédito (transAKT). Adotou-se a utilização de ferramentas de desenvolvimento atuais, independentes da base de dados, permitindo a criação de aplicações SOA (arquitetura orientada ao serviço), modulares e web based, para responder às necessidades do negócio, introduzindo novas capacidades a nível funcional, técnico e de produtividade com vista à prestação de um serviço de qualidade aos utilizadores e clientes;

Gestão Documental e Workflow

Após a implementação da aplicação de Gestão Documental, procedeu-se ao levantamento dos requisitos necessários para a implementação do fluxo de aprovação de crédito e abertura de conta, com enfoque na automatização e na redução dos tempos inerentes às tarefas de aprovação das propostas de crédito e processamento dos formulários de abertura de conta e consequente integração dos documentos subjacentes a estes processos na Gestão Documental;

Sistema de Informação para Gestão

Foi implementada a aplicação de Business Intelligence, denominada de Sistema de Informação para Gestão (SIG) fundamental para a análise e a tomada de decisão por parte dos Órgãos de Gestão da CEMAH bem como para a avaliação de informação pertinente para campanhas de marketing;

Orçamentação

Foi implementada e disponibilizada uma aplicação para gestão e controlo orçamental interligada com os sistemas contabilísticos e transacionais da CEMAH com possibilidade de introduzir valores retificativos e fazer projeções;

netCEM

Nos canais de e-banking (Homebanking e Mobile) disponibilizou-se um conjunto de novas operações e funcionalidades para reforçar os laços criados com os clientes da CEMAH, através destes canais, e melhorar os níveis de serviço e de segurança das operações bancárias realizadas através dos meios eletrónicos;

Disaster Recovery

Para fazer face a um eventual cenário de catástrofe natural, epidémica e/ou social, e no âmbito do Plano de Contingência e de Recuperação de Negócio, procedeu-se à configuração do site alternativo, em Lisboa, para albergar os sistemas críticos da CEMAH. O plano de implementação encontra-se ainda em curso e será sujeito a testes em 2013.

RESULTADOS DA ATIVIDADE

DEPÓSITOS

A 31 de Dezembro de 2012, os depósitos da CEMAH totalizaram 258.386.266,81 euros, registando um crescimento de 6%, face ao período homólogo do ano anterior. O total de depósitos decompõe-se em 46.653.433,73 euros de depósitos à ordem e 211.732.833,08 euros de depósitos a prazo e de poupança, representando 18% e 82%, respetivamente, do total.

Depósitos	2011	2012	Varição
Depósitos à ordem	50.749.745,13 €	46.653.433,73 €	-8%
Depósitos a Prazo e Poupança	193.265.193,64 €	211.732.833,08 €	10%
Total	244.014.938,77 €	258.386.266,81 €	6%

CRÉDITO

O montante global do crédito concedido em 31 de Dezembro último foi de 179.899 milhares de euros, representando um crescimento de 17% em relação a 2011.

No que concerne à concessão de crédito, há a salientar as linhas orientadoras em vigor que favorecem a concretização de operações a particulares e empresas comprovadamente sólidas, e com bom património, capaz de minimizar o risco de tais operações.

Na concessão de crédito, há ainda realçar como fatores de ponderação elevado nas decisões tomadas pela CEMAH, o enquadramento e análise histórica do cliente, assim como o parecer dos comités de crédito de cada balcão. Fatores que reforçam o carácter de proximidade que é apanágio da Instituição.

A avaliação criteriosa da capacidade de reembolso por parte dos clientes, permitiu manter os níveis de cumprimento bastante satisfatórios face à conjuntura atual.

A 31 de Dezembro de 2012, o saldo do crédito e juros vencidos situou-se em 2.497 milhares de euros, registando um acréscimo de cerca de 13,6% face ao mesmo período do ano anterior. A rubrica de crédito e juros vencidos representa àquela data apenas 1,4% do crédito global, valor bastante equilibrado face à conjuntura verificada e à média do sector bancário.

Atendendo à natureza das garantias que suportaram tais operações, o montante de crédito vencido acima referido, apresentou um bom grau de cobrabilidade.

Manteve-se, como nos anos anteriores, a observação permanente da carteira de crédito por parte dos auditores externos, encontrando-se em cumprimento as regras emitidas pelo Banco de Portugal, no que concerne ao seu provisionamento.

O modelo de imparidade de crédito foi continuamente aperfeiçoado e os valores provisionados pelo modelo legal em vigor ficam confortavelmente acima do que seria exigido pelo respetivo modelo de imparidade.

Crédito	2011	2012	Varição
Crédito	154.366.562 €	179.899.218 €	17%

Evolução dos Principais Agregados do Balanço	2012		2011 (Reexpresso)	
	Valor	%	Valor	%
1. Disponibilidades	28.906	9,8%	12.867	4,7%
2. Aplicações	250.500	84,6%	244.800	89,1%
2.1. Aplicações em I.C.	45.923	15,5%	75.192	27,4%
2.2. Créditos a Clientes Líquido	178.181	60,2%	152.957	55,7%
2.3. Ativos Financ. Disp. p/ venda	11.538	3,9%	4.062	1,5%
2.4. Invest. Detidos até à maturidade	14.858	5,0%	12.588	4,6%
3. Imobilizações Líquidas	8.599	2,9%	10.152	3,7%
4. Outros Ativos	8.103	2,7%	6.991	2,5%
5. Ativo Líquido	296.108	100,0%	274.810	100,0%
6. Recursos Alheios	265.866	89,8%	245.927	89,5%
6.1. Recursos de Bancos Centrais	5.001	1,7%	0	0,0%
6.2. Recursos de Outras I.C.	113	0,0%	13	0,0%
6.3. Recursos de Clientes	260.752	88,10%	245.914	89,5%
6.4. Passivos Subordinados	0	0,0%	0	0,0%
7. Provisões	1.996	0,7%	1.770	0,6%
8. Outros Passivos	3.551	1,2%	4.709	1,7%
9. Passivo	271.413	91,7%	252.406	91,8%
10. Capitais Próprios	24.695	8,3%	22.404	8,2%
10.1. Capital	17.707	6,0%	17.500	6,4%
10.2. Reservas de Reavaliação	665	0,2%	-1.051	-0,4%
10.3. Out. Res. E Res. Transitados	5.153	1,7%	4.679	1,7%
10.4. Resultados do Exercício	1.169	0,4%	1.276	0,5%

Unidade: Milhares de Euros

No exercício de 2012, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2012 que alterou o artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), o que originou que a CEMAH passasse a partir de 1 de Janeiro de 2012 a ser sujeito passivo de IRC, esta decidiu efetuar a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2011 oportunamente aprovadas, em conformidade com a IAS 8 – Políticas Contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros, de forma a refletir a aplicação da IAS 12 – Impostos sobre o rendimento.

Assim, a CEMAH reexpressou as demonstrações financeiras do exercício de 2011 e reconheceu o impacto dos impostos diferidos.

A estrutura do Balanço não sofreu alterações significativas durante o exercício de 2012, mantendo-se muito semelhante o peso relativo das grandes rubricas que o constituem, conforme se pode verificar no mapa acima.

A 31 de Dezembro de 2012, o Ativo Líquido situava-se nos 296.108 milhares de euros, representando um crescimento de 7,8% em relação ao período idêntico do ano anterior.

O Crédito a Clientes, no montante 178.181 milhares de euros, representando 60,2% do ativo líquido e um crescimento de 16,5% face ao ano anterior, engloba todo o crédito, vincendo e vencido, concedido pela Instituição e respetivos proveitos a receber. A estes foram deduzidas as provisões associadas.

As Aplicações em Instituições de Crédito, que ascenderam a 45.923 milhares de euros e representavam 15,5% do ativo líquido, correspondiam a Depósitos a prazo noutras instituições financeiras de sólida reputação. No seu conjunto, estas aplicações proporcionaram um rendimento anual de 2.599 milhares de euros. Em relação ao ano 2011, esta rubrica apresentou um decréscimo de 38,9% fruto do limite de exposição a uma só entidade imposto pelo Banco de Portugal, que no caso da CEMAH corresponde a 35% do valor dos Fundos Próprios. Como forma de continuar rentabilizar os seus excedentes a Instituição canalizou os seus investimentos para a aquisição de títulos que ofereciam taxas de rentabilidade atrativas e para o aumento do crédito a clientes.

As Imobilizações Líquidas, no valor de 8.599 milhares de euros, incluem todo o património de imóveis de serviço próprio da Instituição. Em 2012, esta rubrica deixou de incluir o valor de 1.613.736 euros, uma vez que a Instituição devolveu o património recebido da SCMAH, aquando do aumento de capital ocorrido em 1988, e que concerne a prédios rústicos, tendo recebido em troca o equivalente em dinheiro.

O Passivo regista um valor de 271.413 milhares de euros, assumindo a carteira de depósitos da Instituição - Recursos de Clientes e respetivos custos a pagar, 260.752 milhares de euros. Esta rubrica apresentou um crescimento de 7,5% face ao ano anterior. Em 2012, esta rubrica registava ainda 5.000 milhares de euros do Banco Central Europeu e respetivos custos a pagar obtidos no âmbito da cedência regular de liquidez em leilão (operação de refinanciamento) que se vence em 28/03/2013 com pagamento de juros à taxa de 0,75%.

Nos “Outros Passivos” estão contabilizadas as responsabilidades com o Fundo de Pensões, a mensualização de outros encargos a pagar, e outras operações a regularizar.

A 31 de Dezembro de 2012 a Situação Líquida da CEMAH ascendia a 24.695 milhares de euros. Desta consta o valor de 17.707 milhares de euros, registado em capital, valor suficiente para permitir a transformação desta Caixa Económica em Banco.

No final do exercício de 2012 o Rácio de Solvabilidade apresentava um valor de 10,8%, que passará para 11,1%, com a inclusão dos resultados líquidos (deduzido o valor distribuído à acionista), que apenas poderão ser considerados após a Certificação Legal das Contas.

CONTA DE EXPLORAÇÃO

Mapa Comparativo da Evolução das Principais Rubricas	2012	2011 Reexpresso
Juros e Rendimentos Similares	13.890	13.118
Juros e Encargos Similares	(6.978)	(5.712)
Margem Financeira	6.912	7.406
Rendimentos de Serviços e Comissões	1.868	1.504
Encargos com Serviços e Comissões	(302)	(205)
Resultados de Atividade Cambial (líquido)	78	87
Outros Resultados de Exploração	(2.048)	(168)
Produto Bancário	6.508	8.624
Custos com Pessoal	(3.095)	(3.354)
Gastos Gerais Administrativos	(1.979)	(2.101)
Amortizações do Exercício	(480)	(540)
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(241)	170
Correções de Valores Associados a Crédito a Clientes	(680)	(211)
Imparidade de Outros Ativos Financeiros Líquida	1.135	(1.270)
Imparidade de Outros Ativos Líquida	(85)	(73)
Resultado antes de Impostos	1.083	1.245
Impostos Correntes	(99)	0
Impostos Diferidos	185	31
Resultado Líquido do Exercício	1.169	1.276
Resultados Transitados Resultantes de Alteração de Políticas Contabilísticas	56	(416)
Resultado a Distribuir	753	829

Unidade: Milhares de Euros

Mapa de Resultado a Distribuir	2012	2011 Reexpresso
Resultados Antes de Impostos	1.083	1.245
Impostos Correntes	(99)	0
Impostos Diferidos	185	31
Resultado Líquido do Exercício	1.169	1.276
Resultados Transitados - Fundo de Pensões	(416)	(416)
Resultado a Distribuir	753	829

Unidade: Milhares de Euros

Da análise dos valores da Conta de Exploração relativos ao exercício de 2012, podemos constatar os seguintes aspetos:

Margem Financeira

A margem financeira apresentou uma redução de 7%, passando de 7.406 milhares de euros em 2011 para 6.912 milhares de euros em 2012, o que se deveu a um crescimento da rubrica de custos - juros e encargos similares por via do acréscimo das taxas de juros das operações passivas (depósitos de clientes) e a um decréscimo dos proveitos - juros e rendimentos similares associados às aplicações da CEMAH noutras instituições de crédito, refletindo a redução significativa das taxas de juro.

Produto Bancário

O produto Bancário registou uma diminuição de 25% em 2012, passando de 8.624 para 6.508 milhares de euros. Este ficou a dever-se à redução registada na Margem Financeira e ao impacto da desmobilização da dívida soberana registada em Outros Resultados de Exploração.

Custos Operacionais

A rubrica de custos com o pessoal registou uma diminuição de 8% face ao ano anterior, em resultado do impacto do Fundo de Pensões. No contexto de uma política de contenção de custos adotada pela CEMAH, os gastos gerais administrativos apresentaram uma redução de 6% face ao ano 2011.

Provisões líquidas de reposições e anulações

Esta rubrica representou, em 2012, um contributo negativo para o resultado no valor de 241 milhares de euros refletindo um acréscimo prudencial de reforço de provisões.

Correção de Valor de Crédito a Clientes

A constituição e a reposição das provisões são efetuadas de acordo com o legalmente estabelecido pelo Banco de Portugal (Aviso nº 3/95), tendo no exercício em análise apresentado um saldo de 680 milhares de euros, superior aos 211 milhares de euros de 2011.

Imparidade de outros Ativos Financeiros

Esta rubrica reflete a regularização das imparidades registadas nos Investimentos detidos até à maturidade em exercícios anteriores pelo facto de terem sido alienados.

Imparidade de outros Ativos

Esta rubrica compreende basicamente o saldo entre imparidades registadas e revertidas nos Activos não correntes detidos para venda. O seu saldo a 31 de Dezembro de 2012 era de 85 milhares de euros, face aos 73 milhares de euros registados em 2011.

Impostos

A partir de 1 de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2012 que alterou o artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), a CEMAH passou a ser sujeito passivo de IRC. Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC à taxa nominal de 25% e correspondente derrama.

Os impostos diferidos são registados quando existe uma diferença tributária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício foi positivo em 1.169 milhares euros, o que se ficou a dever aos valores registados nas imparidades de outros ativos financeiros, à Margem Financeira e ao Produto Bancário.

Resultados de Exercícios Anteriores

Os Resultados Transitados, resultantes de alterações de políticas contabilísticas relacionadas com o Fundo de Pensões, mantiveram-se face a 2011 em 416 milhares de euros.

As variações ocorridas nos Resultados Transitados prendem-se com as alterações de políticas contabilísticas resultantes da aplicação de impostos.

Resultado a Distribuir

Após a incorporação dos Resultados de exercícios anteriores, o resultado a distribuir apresentará um valor de 753 milhares de euros.

Englobados num setor de atividade muito específico e com forte influência dos impactos da conjuntura económica internacional e efeitos consequentes financeiros, desenvolvemos o nosso negócio no enquadramento das orientações do Banco Central Europeu e condicionado pelo regime de ajuda externa em que se encontra o nosso País.

A gestão praticada levou em linha de conta a evolução dos principais indicadores de performance das empresas e particulares, com especial focalização na análise de risco de setores da Atividade Económica e respetivas empresas, bem como o rendimento disponível das famílias, ponderando o efeito do agravamento do nível de desemprego assim como a desvalorização potencial do valor dos bens suportados sob a forma de colateral associado ao crédito.

Estivemos muito atentos á evolução da liquidez no sistema, aproveitando oportunidades de mercado pelo facto de sermos excedentes tradicionais de recursos financeiros, e gerimos de forma apropriada a situação de escassez de concessão de crédito vivida no setor bancário, fruto do desequilíbrio de capitalização da banca e da necessidade regulamentar de corrigir o Rácio de Cobertura do volume de Crédito concedido pelos Depósitos captados.

Foi assim que crescemos os nossos depósitos totais em 6% e a carteira de crédito em 17%.

Mantivemos uma política muito conservadora de aplicação dos nossos recursos privilegiando bom crédito e depósitos noutras Instituições Bancárias, de forma diversificada garantindo bons níveis de risco aplicacional e salvaguardando a segurança de quem em nós confia.

Os gastos de funcionamento, sejam eles de origem operacional ou de recursos humanos, foram geridos na base de critérios muito rígidos de controlo orçamental, permitindo sustentar e criar condições para que o Rácio *Cost to Income*, venha a apresentar valores progressivamente mais padronizados com a Banca mais competitiva.

O cumprimento dos normativos regulamentares – Auditoria Interna e Auditoria Externa, Controlo Interno, Compliance e Risco, ICAAP e Stress Tests, estiveram sempre presentes nas nossas decisões e conseguimos dar uma ajustada resposta.

Procedemos à constituição das Provisões adequadas no âmbito da carteira de crédito, e das imparidades provenientes da exposição aos mercados financeiros, incluindo dívida soberana, bem como ao nível do imobilizado e Fundo de Pensões.

No nosso primeiro ano como sujeitos passivos de IRC, resultou da nossa atuação a produção de um Resultado Líquido de 753.558,00 Euros, bastante interessante face ao ambiente conjuntural e a realização de um Rácio de Solvabilidade de 10,80% e Tier 1 de 10,50%, que coloca esta Instituição de Crédito a um nível de perfeita sustentabilidade dentro do sistema bancário Português.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Garantida a constituição de todas as provisões prudenciais provenientes da nossa exposição em crédito concedido, efetuadas as amortizações legais, contabilizados os encargos referentes á cobertura do Fundo de Pensões e considerado o impacto de IRC, apurou-se um Resultado Líquido distribuível no montante de 753.558,00 Euros, que de acordo com o Compromisso, se passa a apresentar a seguinte proposta de distribuição:

Aplicação de Resultados Líquidos:

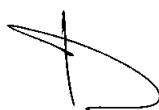
Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo	188.389,52 Euros (25%)
Capital Social	188.389,52 Euros (25%)
Reserva Legal	188.389,52 Euros (25%)
Reserva Estatutária	188.389,52 Euros (25%)

Angra do Heroísmo, 26 de Março de 2013

O Conselho de Administração



Carlos Raulino



Mancebo Soares



Leonildo Vargas

Demonstrações Financeiras

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal de Contas

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Balço em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Notas	31-Dez-12		Unidade: Euro 31-Dez-2011 Reexpresso	
		Antes Prov. Imp. Amort.	Prov. Imp. Amort.	Valor Líquido	Valor Líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.1	23.916.947		23.916.947	10.006.576
Disponibilidades em out. inst. de crédito	6.2	4.989.510		4.989.510	2.860.117
Activos financeiros disponiveis para venda	6.4	11.537.571		11.537.571	4.061.735
Aplicações em outras instituições de crédito	6.3	45.923.112		45.923.112	75.192.221
Crédito a clientes	6.5 e 6.12	180.701.548	(2.520.552)	178.180.996	152.957.252
Investimentos detidos até à maturidade	6.6	14.858.292	-	14.858.292	12.588.334
Activos não correntes detidos para venda	6.7 e 6.12	6.287.836	(424.710)	5.863.126	4.700.337
Outros activos tangiveis	6.8	13.094.214	(5.303.064)	7.791.150	9.582.357
Activos intangiveis	6.9	2.649.037	(1.841.089)	807.948	570.031
Activos por impostos diferidos	6.10	436.405		436.405	831.637
Outros activos	6.11	1.802.925	-	1.802.925	1.459.834
Total do Activo		<u>306.197.397</u>	<u>(10.089.415)</u>	<u>296.107.982</u>	<u>274.810.430</u>
Passivo e Capital					
Passivo:					
Recursos de bancos centrais	6.13			5.001.146	
Recursos de outras instituições de crédito	6.14			112.520	13.025
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.15			260.752.361	245.913.495
Provisões	6.12			1.996.288	1.770.151
Passivos por impostos correntes	6.10			99.338	0
Outros passivos subordinados				0	0
Outros passivos	6.16			3.451.720	4.709.145
Total do Passivo				<u>271.413.373</u>	<u>252.405.816</u>
Capital:					
Capital	6.19			17.707.335	17.500.000
Reservas	6.19			665.070	-1.050.781
Outras reservas e resultados transitados	6.19			5.152.880	4.679.373
Resultado do exercício				1.169.324	1.276.021
Total do Capital				<u>24.694.609</u>	<u>22.404.613</u>
Total do Passivo e do Capital				<u>296.107.982</u>	<u>274.810.430</u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

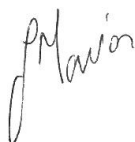
Unidade: Euro

	Notas	31-Dez-12	31-Dez-2011 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	6.21	13.890.188	13.117.719
Juros e encargos similares	6.21	(6.977.805)	(5.711.599)
Margem financeira		6.912.383	7.406.120
Rendimentos de instrumentos de capital	6.22	14.500	19.070
Rendimentos de serviços e comissões	6.23	1.868.130	1.504.001
Encargos com serviços e comissões	6.23	(301.859)	(204.670)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	6.24	3.113	1.891
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6.24	78.109	86.679
Resultados de alienação de outros activos	6.24	(1.884.650)	13.245
Outros resultados de exploração	6.25	(181.759)	(202.724)
Produto bancário		6.507.966	8.623.612
Custos com pessoal	6.26	(3.095.038)	(3.354.362)
Gastos gerais administrativos	6.27	(1.978.898)	(2.100.801)
Amortizações do exercício	6.7 e 6.8	(479.518)	(540.170)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.12	(240.584)	169.810
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	6.12	(679.877)	(210.600)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6.7 e 6.8	1.134.973	(1.269.732)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6.7 e 6.8	(85.427)	(72.652)
Resultado antes de impostos		1.083.598	1.245.104
Impostos correntes	6.10	(99.338)	-
Impostos diferidos	6.28	185.064	30.917
Resultado após impostos		1.169.324	1.276.021

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

-

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos
 em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

		Unidade: Euro	
	Notas	31-Dez-12	31-Dez-11
Fluxos de caixa das actividades operacionais		12.654.507	11.804.013
Juros recebidos		(6.430.813)	(5.205.676)
Juros pagos		1.989.744	1.605.069
Comissões recebidas		(301.859)	(204.670)
Comissões pagas		(7.940.421)	(6.618.736)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores		(9.083)	(36.250)
Impostos pagos			
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais (líquido)		(17.216.091)	19.391.868
Créditos e adiantamentos a instituições de crédito		(26.756.393)	(22.850.563)
Créditos e adiantamentos a clientes		(61.907)	77.388
Outros activos			
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais (líquido)		5.000.000	-
Débitos para com bancos centrais - à vista		99.494	(5.178)
Débitos para com instituições de crédito - à vista		(4.174.619)	(2.002.519)
Débitos para com clientes - à vista		18.467.639	7.078.134
Débitos para com clientes - a prazo		401.761	34.513
Outros passivos			
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		(24.278.042)	3.067.394
Fluxos de caixa das actividades de investimento		14.500	19.070
Dividendos recebidos		988.990	928.798
Juros recebidos de activos financeiros		585.052	1.246.160
Venda de activos financeiros		(8.671.347)	-
Compra de activos financeiros			2.500.000
Vencimento de activos financeiros disponíveis para venda		(282.700)	(883.947)
Compra de outros activos tangíveis		1.613.737	-
Venda de outros activos tangíveis		(286.400)	(559.868)
Compra de activos intangíveis		-	-
Venda de activos intangíveis		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(6.038.168)	3.250.214
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		-	-
Emissão de dívida subordinada		-	-
Reembolso de dívida subordinada		-	-
Juros de dívida subordinados		(207.335)	(259.112)
Dividendos pagos			
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(207.335)	(259.112)
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		(30.523.544)	6.058.497
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.17	87.351.893	81.206.717
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		78.109	86.679
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.17	56.906.457	87.351.893
		56.906.457,37	87.351.892,60

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstração de alterações no capital próprio
 dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Notas	Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Unidade: Euro	
							Total	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010								
6.19	15.210.668	(227.934)	-	6.306.131	(415.767)	1.452.212	22.325.311	
Constituição de reservas:								
6.19				259.112		(259.112)	-	
6.19				259.112		(259.112)	-	
6.19	2.030.220			(2.030.220)			-	
6.19	259.112				415.767	(415.767)	(259.112)	
6.19							-	
6.19		(1.322.561)					(1.322.561)	
6.19					(415.767)	1.276.021	(415.767)	
6.19	17.500.000	(1.550.496)	-	4.794.134	(415.767)	1.276.020	21.603.893	
Saldos em 31 de Dezembro de 2011								
6.19				207.335		(207.335)	-	
6.19				207.335		(207.335)	-	(108.503)
Constituição de reservas:								
6.19							-	
6.19			(108.503)					
6.19	207.335					(207.335)	(207.335)	
6.19					415.767	(415.767)	-	
6.19					359.844		359.844	
6.19							-	
6.19		2.324.069					(415.766)	
6.19					(415.766)	1.169.324	(415.766)	
6.19							-	
6.19	17.707.335	773.573	(108.503)	5.208.803	(55.922)	1.200.241	24.725.527	
Saldos em 31 de Dezembro de 2012								

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas




As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de euros)

1. Introdução

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (“CEMAH” ou “Caixa”) é uma instituição de crédito, tendo sido constituída em 26 de abril de 1896. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, e do Decreto-Lei nº 136/79, de 18 de maio, que regulamenta a atividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua atividade.

A Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal.

Presentemente, opera através da sede, na cidade de Angra do Heroísmo, e de uma rede de 12 balcões dispersa pelas ilhas da Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, Graciosa e S. Miguel.

A Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo é detentora da totalidade do capital da Caixa.

2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CEMAH foram apresentadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a valorimetria e imparidade do crédito a clientes, o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição e a mensuração de ativos tangíveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Não existem normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2012 que possam ter um impacto significativo na Caixa. Adicionalmente, a CEMAH optou por não aplicar antecipadamente as normas contabilísticas e interpretações emitidas, mas sem aplicação obrigatória em 2012, nomeadamente:

- IAS 1 (alteração) – Apresentação de demonstrações financeiras
- IAS 12 (alteração) – Impostos sobre o rendimento
- IAS 19 (revisão 2011) – Benefícios a empregados
- IFRS 7 (alteração) – Divulgações – Compensação de ativos e passivos financeiros
- IAS 32 (alteração) – Compensações de ativos e passivos financeiros
- IFRS 9 (novo) – Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração
- Melhorias às normas 2009-2011, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013. Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. O processo de melhoria anual 2009-2011 afeta as normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. Estas melhorias serão adotadas pela Caixa, quando aplicáveis, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a CEMAH já aplicar IFRS.

De entre estas destaca-se o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitido pelo IASB em 12 de novembro de 2009 e outubro de 2010, mas ainda não adotado pela União Europeia). Esta nova norma versa sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros e requer que estes sejam classificados em duas categorias: (i) mensurados ao justo valor e (ii) mensurados ao custo amortizado, sendo esta determinação efetuada no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus instrumentos financeiros e das características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos. Para os passivos financeiros, a norma retém a maioria dos requisitos do IAS 39. A Caixa ainda está a avaliar o impacto total da adoção do IFRS 9.

De salientar ainda as alterações ao IAS 19 - Benefícios aos empregados (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013, estando ainda sujeita ao

processo de adoção pela União Europeia), relacionadas com o reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos “Outros rendimentos integrais” (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com o fundo constituído é calculado com base na responsabilidade líquida não fundeada. Os benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. A Caixa encontra-se a analisar os impactos destas alterações.

Não existem outras normas ou interpretações que, não sendo ainda aplicáveis, seja de esperar um impacto significativo na Caixa.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2013.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros.

2.2 Comparabilidade da informação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2011.

No exercício de 2012, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2012 que alterou o artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), o que originou que a CEMAH passasse a partir de 1 de janeiro de 2012 a ser sujeito passivo de IRC, esta decidiu efetuar a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2011 oportunamente aprovadas, em conformidade com a IAS 8 – Políticas Contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros, de forma a refletir a aplicação da IAS 12 – Impostos sobre o rendimento.

Assim, a CEMAH reconheceu nas demonstrações financeiras do exercício de 2011 impostos diferidos, em conformidade com o detalhe descrito nas Notas 6.10 e 6.28.

(a) Reconciliação entre o balanço em 31 de dezembro de 2011 reexpresso e aprovado

Balanço	Nota	2011	Ajustamentos	2011
		reexpresso		aprovado
Total de activo	6,28	274.810.430	831.637	273.978.793
Total de passivo		252.405.816	-	252.405.816
Total de capital próprio	6,28	21.572.976	831.637	20.741.339
Total de passivo e de capital		274.810.430	831.637	273.978.793

(b) Reconciliação entre a Demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2011 reexpressa e aprovada

Demonstração de resultados	2011		2011	
	<u>Nota</u>	<u>reexpressa</u>	<u>Ajustamentos</u>	<u>aprovada</u>
Margem financeira		7.406.120	-	7.406.120
Produto bancário		8.623.612	-	8.623.612
Resultado antes de impostos		1.245.104	-	1.245.104
Impostos	6,28	(30.917)	(30.917)	-
Resultado após impostos		1.276.021	(30.917)	1.245.104

2.3 Principais políticas contábilísticas

As políticas contábilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.3.1 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.3.1.1 Crédito e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e créditos titulados (obrigações emitidas por empresas ou instituições financeiras) que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Caixa classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

A CEMAH procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

Os créditos a clientes cujos termos tenham sido renegociados sem cumprimento do Aviso nº3/95 do Banco de Portugal, são, por indicação do Banco de Portugal, reclassificados e tratados como vencidos.

2.3.1.1.1 Provisões para crédito e juros vencidos, créditos e cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de junho, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, a Caixa constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

- **Provisão para crédito e juros vencidos**

Esta provisão, apresentada no ativo como dedução à rubrica Crédito a clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, o montante a provisionar é crescente em função do período decorrido após o respetivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.

- **Provisão para créditos de cobrança duvidosa**

As provisões para créditos de cobrança duvidosa, são apresentadas no ativo como dedução à rubrica Créditos a clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativamente a créditos daquela natureza que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. São considerados nesta situação:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - i) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - ii) Estarem em incumprimento há mais de:
 - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos, com início de contagem de vencido na data de contaminação do cliente.

- **Provisão para riscos gerais de crédito**

A provisão para riscos gerais de crédito é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente. Encontra-se registada no passivo na rubrica “Provisões” e é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido:

- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1,5% no caso de se tratar de crédito ao consumo; e
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

2.3.1.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

A rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Participações em outras empresas, que não sejam filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Caixa tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) em capitais próprios.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorrerem após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.3.1.3 Investimentos detidos até à maturidade

A rubrica Investimentos detidos até à maturidade inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, e relativamente aos quais seja intenção do Conselho de Administração a sua manutenção até à respetiva data de vencimento.

Os ativos classificados como detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado.

Os juros corridos dos mesmos, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorrerem após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda é registada em resultados.

2.3.1.4 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.3.1.5 Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os Outros passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subseqüentemente ao custo amortizado.

2.3.2 Outros ativos tangíveis

De acordo com o aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, os outros ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subseqüentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	<u>Número de anos</u>	<u>%</u>
Máquinas e mobiliário	8	12,5
Viaturas	4	25
Equipamento informático	3	33,33
Instalações interiores	10	10
Imóveis	50	2

Em 2012, como resultado da análise efetuada, foram atualizados os períodos de vida útil, relativamente a determinados bens.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

2.3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 8 anos (investimentos em software).

2.3.4 Aplicações por recuperação de créditos

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. As mais-valias potenciais em outros ativos não são reconhecidas no balanço.

2.3.5. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base numa taxa de juro que reflete as perdas por imparidade.

2.3.6 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados.

2.3.7 Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

Em conformidade com as convenções coletivas de trabalho em vigor no sector bancário, a Caixa assumiu até 31 de dezembro de 2010 o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido).

De acordo com os estatutos da Caixa os membros do Conselho de Administração não são abrangidos pelo Plano de benefícios definido.

Na sequência da publicação do Decreto-lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores da CEMAH no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo atual fundo de pensões da CEMAH, passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de parentalidade e velhice.

Mantém-se no entanto como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e o benefício definido no respetivo Plano de benefícios definidos, o qual tem por base as convenções coletivas aplicáveis ao sector bancário.

O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e subsídio de morte na reforma.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método “Projected Unit Credit Cost”. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 6.18.

Nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº4/2005 e nº12/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de dezembro de 2005 (no valor de €4.703 milhares) foi reconhecido na rubrica Outros ativos – despesas com custo diferido. O reconhecimento em resultados transitados do impacte ao nível das responsabilidades com pensões seria efetuado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, prazo este alargado para 8 anos, a partir da data de transição, com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, que teria inicialmente a duração de 7 anos e presentemente de 10 anos.

Após a data de transição, o valor dos ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados são reconhecidos de acordo com o método do corredor e registados na rubrica Outros ativos ou Outros passivos – Desvios atuariais. São enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas atuariais acumulados que não excedam 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excedam o corredor são amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano.

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente reconhecido como custo nos resultados do exercício.

Com referência a 31 de dezembro de 2006, a CEMAH constituiu um fundo de pensões para assegurar a cobertura das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego. A 31 de dezembro de 2007 a cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a SAMS e subsídio de morte, passou também a ser assegurada pelo fundo de pensões. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data do balanço.

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões e dos desvios atuariais não reconhecíveis está registado na rubrica Outros Passivos.

Anualmente, a Caixa reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros deduzidos do rendimento esperado dos ativos do fundo e da amortização de desvios atuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor.

As contribuições para o fundo são efetuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo, de 95%, exceto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas, que de acordo com o aviso nº4/2005 irão ser financiadas à medida que as responsabilidades forem sendo amortizadas.

Prémios de antiguidade

No âmbito do acordo de adesão celebrado com as estruturas sindicais do sector bancário, a CEMAH assumiu o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completam 15, 25 e 30 anos de serviço, correspondente a uma, duas e três vezes, respetivamente do salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios.

O valor atual dos benefícios com prémios de antiguidade, é determinado anualmente por uma entidade independente, com base no método "Projected Unit Credit Cost". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são idênticos aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, os quais são apresentados na Nota 6.18.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a CEMAH reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de desvios atuariais, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

2.3.8 Provisões

Esta rubrica inclui, para além da Provisão para riscos gerais de crédito (ver alínea 2.3.1.1.1) outras provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da atividade da CEMAH.

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.3.9 Imposto sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2011 inclusive, a Caixa encontrava-se isenta de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 9º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 17 de março de 1999, do Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento da Região Autónoma dos Açores.

De acordo com a Lei de Orçamento de Estado para 2012, que alterou o artigo 10º do Código do IRC, a partir de 1 de janeiro de 2012 a CEMAH passa a ser sujeito passivo de IRC e passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC. Na ausência de regime transitório, a CEMAH adotou o princípio de que a base fiscal dos ativos e passivos a 1 de janeiro de 2012 corresponde àquela que teriam caso a CEMAH tivesse estado sujeita a IRC nos períodos (anteriores) em que os ativos e passivos foram registados.

Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias, entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2012 a taxa de imposto é de 25%, acrescida da derrama sobre o lucro tributável de 1,5%. Adicionalmente, sempre que aplicável, aplica-se uma derrama estadual de 3% para a parte do lucro tributável entre €1.500.000 e €10.000.000 e de 5% para a parte do lucro tributável acima de €10.000.000.

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A CEMAH procede, sempre que se verifiquem as condições estabelecidas no parágrafo 74 da IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos.

2.3.10 Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

2.3.11 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada do fundo de pensões e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.

Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efetuadas.

Imparidade da carteira de títulos

A Caixa determina que existe imparidade na sua carteira de títulos quando existe uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores de imparidade relevantes. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros fatores na volatilidade normal dos preços dos títulos e as atuais condições de mercado. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

Imparidade das aplicações por recuperação de créditos

O valor da imparidade dos ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos ativos. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efetuadas.

3. Gestão do risco financeiro

A atividade da CEMAH encontra-se sujeita a um conjunto de riscos financeiros, sendo os mais relevantes os riscos de crédito e taxa de juro. A política de gestão de riscos da Caixa visa garantir a todo o momento, uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste contexto, o controlo e acompanhamento dos principais riscos a que a Caixa se encontra exposta assume particular importância.

i) Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, por incapacidade do mutuário em cumprir com as obrigações assumidas nos contratos de crédito.

A CEMAH está exposta a risco de crédito essencialmente derivado do crédito concedido a clientes, das aplicações em instituições de crédito e carteira de títulos, que representam cerca de 80% do ativo.

Estrutura interna

O Conselho de Administração procede, anualmente, à revisão da estratégia e das principais políticas de crédito e princípios orientadores da concessão de crédito, tendo em conta os resultados alcançados e os objetivos estabelecidos.

Em matéria de risco de crédito, a fixação de objetivos centra-se na indicação do mercado alvo e na desagregação da carteira de acordo com critérios como a finalidade, o sector de atividade, as garantias prestadas, maturidade e qualidade do crédito concedido.

O sistema de gestão do risco de crédito apresenta uma adequada segregação de funções, nomeadamente no que respeita a: análise, aprovação e acompanhamento do risco e pretende contribuir para a identificação e correção de eventuais desvios face aos objetivos e orientações estabelecidos.

No que respeita às responsabilidades específicas ao nível da gestão de risco de crédito, estas são:

Conselho de Administração e Direção Geral:

O Conselho de Administração e a Direção Geral são responsáveis pela aprovação das políticas e procedimentos (incluindo níveis de tolerância) relacionados com o risco de crédito e acompanhamento da carteira de crédito, por forma a agir em caso de situações de maior grau de risco. De salientar que o Conselho de Administração é ainda responsável pela aprovação de todos os créditos.

Direção Comercial e Rede de Balcões:

A Direção Comercial é genericamente responsável pela revisão das propostas de crédito e emissão de um parecer, remetendo a informação sobre os processos para aprovação do Conselho de Administração. Procede ainda a análises regulares da carteira de crédito vencido e acompanha a carteira de crédito, reportando as situações mais críticas à Direção Geral e Conselho de Administração. Adicionalmente revê as propostas de recuperação de crédito propostas pela equipa de recuperação e acompanha as situações de crédito reestruturado.

Ao nível da *rede de balcões*, as principais funções no que respeita à gestão de risco de crédito são:

- Recolher informação do cliente no âmbito do processo de aceitação de crédito e análise do *scoring*;
- Proceder a uma análise de risco preliminar, emitindo parecer sobre o risco da operação, tendo em consideração a situação patrimonial e financeira do cliente e garantias prestadas;
- Acompanhar a carteira de clientes;
- Analisar a carteira do ponto de vista comercial (pontos críticos e oportunidades).

Direção de Gestão do Risco:

As principais funções em matéria de gestão de risco são as seguintes:

- Preparar e calibrar cenários de tolerância ao risco;
- Definir/atualizar perfil de risco e/ou níveis de tolerância ao risco;

- Comunicar diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração em matéria de risco de crédito;
- Elaborar os testes de esforço sobre a carteira de crédito;
- Emitir parecer sobre as propostas de crédito;
- Monitorar a exposição ao risco de crédito/concentração alertando a equipa de recuperação para o valor de crédito em risco.

Direção jurídica:

Composta pelo técnico jurídico e por técnicos do centro de atendimento a particulares, tem como principal função negociar com os clientes em incumprimento alternativas de regularização da dívida.

A avaliação dos clientes conjuga aspetos de natureza quantitativa e qualitativa e indicadores de comportamento, resultando assim da apreciação dos dados contabilísticos, historial de cumprimento dos clientes e garantias, entre outros aspetos. Nessa mesma avaliação das operações tem particular incidência na ponderação do grau de risco associado, a identificação clara da finalidade dos financiamentos, capacidade de reembolso e contra garantias obtidas.

Controlo e políticas de mitigação

Aos responsáveis pela gestão de crédito cabe o controlo preventivo do risco e a deteção precoce de sinais de deterioração da qualidade dos devedores. Para tal, estão implementados os seguintes procedimentos e produção de informação:

- Produção de listagens de limites de crédito a renovar no mês seguinte, sendo estas enviadas para os balcões;
- Acompanhamento do risco de crédito, por cliente e balcão, tendo como base o crédito vivo existente (incluindo os descobertos em conta corrente) e as listagens de limites de crédito;
- Análise quinzenal das posições de grupos económicos, o qual fornece o peso de cada um no total do crédito, bem como nos requisitos de fundos próprios da CEMAH, sendo conferido o cumprimento dos limites;
- Análise regular da exposição do risco de crédito, com base nas carteiras de crédito, aplicações e investimentos, produzindo alguns cenários que suportarão a gestão do capital e o reporte prudencial;
- Acompanhamento do crédito vencido: diariamente são acompanhadas as prestações em dívida, apurando as respetivas razões para estas situações e semanalmente são analisados os créditos com prestações vencidas, por tipo de crédito, antiguidade, contra garantias, perspetivas de regularização e nível de aprovisionamento;
- Análise das situações mais críticas ao nível da carteira de crédito de acordo com indicação dos balcões, para reporte à Direção Geral e Conselho de Administração;
- Análise da exposição dos grupos económicos e de crédito vencido pelo Conselho de Administração, com enfoque nas situações mais críticas, sendo definidas ações a tomar.

Processo de recuperação

- Tendo por base um conjunto de indicadores de alerta (ex. créditos com 3 prestações vencidas) é estabelecido um contacto com o cliente, negociando-se as possibilidades de regularização dos pagamentos em atraso;
- Caso exista uma proposta de reestruturação, são solicitados novos elementos;

- Caso não exista sucesso na negociação por parte da Direção Comercial, os processos são encaminhados para o Conselho de Administração e Direção Geral para definição de medidas de prossecução/resolução (ex. envio para contencioso);
- Aquando da passagem para Contencioso a Gestão de Riscos tem 5 dias para preparar o processo.

Políticas de mitigação

A Caixa tem definido um conjunto de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias aquando da concessão de crédito. A Caixa implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colaterais. Os principais tipos de colaterais para créditos e valores a receber são:

- Hipotecas sobre imóveis;
- Penhores de aplicações efetuadas na Caixa;
- Penhor de ativos como instalações, inventários e contas a receber.

Financiamentos de longo prazo a entidades empresariais e individuais, são geralmente garantidos; créditos individuais de baixo valor e recorrentes geralmente não têm garantia. Adicionalmente, com o intuito de minimizar a perda, no momento em que existam indicadores de imparidade para os créditos e valores a receber, a Caixa procura colaterais adicionais das contrapartes relevantes.

Compromissos de concessão de crédito

O principal objetivo deste tipo de instrumentos é assegurar que os fundos são disponibilizados a um cliente à medida que este os requisite. Compromissos de extensão de crédito representam partes não utilizadas de autorizações para estender o crédito na forma de empréstimos, garantias ou letras de crédito. Relativamente ao risco de crédito associado a este produto, a Caixa está potencialmente exposta a uma perda num montante igual ao total dos seus compromissos não utilizados. Neste âmbito, a Caixa monitoriza com especial atenção os compromissos de crédito revogáveis, uma vez que apenas sobre estes tem poder de ação atempada.

Medição do risco

A Caixa não utiliza modelos internos para medição e cálculo dos requisitos de capital para o risco de crédito. Os requisitos de capital são calculados de acordo com o método padrão, sendo efetuadas adicionalmente análises de sensibilidade e cenário específicas.

Imparidade e políticas de provisionamento

A Caixa avalia semestralmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração e dos Auditores externos, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

A metodologia adotada pela Caixa baseia-se num modelo de imparidade para a carteira de crédito, que tem por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade;

3. Cálculo da perda por imparidade.

A Caixa constitui provisões de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de junho. No caso das perdas por imparidade serem superiores às provisões registadas em balanço de acordo com o Aviso acima referido, é efetuado um reforço das provisões em balanço pela respetiva diferença.

Exposição ao risco de crédito

Resumimos de seguida a exposição máxima a risco de crédito em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Disponibilidades em Bancos Centrais	18.232	4.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.990	2.860
Aplicações em instituições de crédito	45.923	75.192
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.538	4.062
Crédito a clientes	180.702	154.969
Investimentos detidos até à maturidade	14.858	13.858
Outros ativos	875	158
Exposição risco crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias prestadas	9.433	4.601
Linhas de crédito irrevogáveis	18.356	16.952
Outros compromissos		

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito. Para os ativos no balanço, a exposição acima é a quantia escriturada no Balanço.

A exposição ao risco de crédito da Caixa está concentrada geograficamente apenas na região autónoma dos Açores.

Exposição por indústria

Apresenta-se de seguida os valores de balanço dos ativos sujeitos a risco de crédito, categorizados por tipo de indústria.

	Instituições Financeiras	Setor público	Imobiliário	Indústria transformadora	Serviços	Outras indústrias	Particulares	Total
Disponibilidades em Bancos Centrais	18.232	0	0	0	0	0	0	18.232
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.990	0	0	0	0	0	0	4.990
Aplicações em instituições de crédito	45.923	0	0	0	0	0	0	45.923
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.124	4.203	0	0	0	1.211	0	11.538
Crédito a clientes	147	5.011	11.184	11.288	72.223	39.866	40.983	180.702
Investimentos detidos até à maturidade	0	11.309	0	0	0	3.549	0	14.858
Outros ativos	0	579	0	0	20	0	276	875
	<u>75.416</u>	<u>21.102</u>	<u>11.184</u>	<u>11.288</u>	<u>72.243</u>	<u>44.626</u>	<u>41.259</u>	<u>277.118</u>
Linhas de crédito revogáveis	0	5.000	855	32	3.004	522	19	9.432
	0	0	4	93	43	8	1.668	1.816
A 31 de dezembro 2012	<u>75.416</u>	<u>26.102</u>	<u>12.043</u>	<u>11.413</u>	<u>75.290</u>	<u>45.156</u>	<u>42.946</u>	<u>288.366</u>
A 31 de dezembro 2011	<u>82.916</u>	<u>20.079</u>	<u>4.807</u>	<u>9.597</u>	<u>27.368</u>	<u>63.592</u>	<u>54.727</u>	<u>263.086</u>

A segmentação da carteira de crédito determinada de acordo com a qualidade do crédito em 2012 e 2011 era a seguinte:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Prime	19,88%	22,57%
Standard monitoring	73,56%	71,22%
Special monitoring	1,83%	1,71%
Sub standard	4,73%	4,50%

Atendendo ao tipo de Clientes em questão, particulares e pequenas empresas, não estão disponíveis classificações de rating externas. As categorias apresentadas resultam da combinação de dois fatores: i) registo de incumprimento e ii) nível de cobertura dos empréstimos por garantias hipotecárias.

A qualidade do risco de crédito das Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, ativos financeiros disponíveis para venda, e investimentos detidos até à maturidade, é apresentada como segue:

Rating (*)	Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	Ativos financeiros disponíveis para venda	Créditos e Outros valores a Receber	Investimentos detidos até à maturidade	Total
31-12-2012					
AA- a AA+	-	-	-	-	-
A- a A+	7.465	6.046	-	-	13.511
Menor que A-	22.600	4.281	-	11.310	38.191
Sem rating	20.848	1.211	-	3.549	25.607
Total	50.913	11.538	-	14.858	77.309
31-12-2011					
AA- a AA+	-	-	-	-	-
A- a A+	7.002	-	-	-	7.002
Menor que A-	21.283	2.851	-	13.858	37.992
Sem rating	49.767	1.211	-	-	50.978
Total	78.052	4.062	-	13.858	95.972

(*) Rating de acordo com a *Standard & Poors (S&P)*

ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

O risco de taxa de juro na Caixa advém dos fatores acima identificados associados essencialmente às aplicações em instituições financeiras, carteira de crédito e títulos (cerca de 86% do ativo) versus passivos sujeitos a taxa de juro (depósitos de clientes).

A Administração da CEMAH, apoiada pelos diferentes departamentos, decide a sua política de taxa de juro de uma forma bastante restritiva e cautelosa, assegurando sempre uma

taxa de intermediação que suporte confortavelmente as oscilações das taxas de juro registadas no mercado.

As operações ativas estão indexadas a indicadores internos definidos pelo Conselho de Administração e a indicadores externos com spread's que sustentam a rentabilidade da Instituição face a variações no mercado.

As operações passivas estão indexadas a taxas de referência internas e são majoradas consoante o seu valor e prazo.

Periodicamente é analisada a liquidez da Instituição, evolução das maturidades médias dos ativos e passivos, taxas fixas versus taxas variáveis (e respetivos indexantes). Em função desta avaliação são traçados os objetivos e orientações que são divulgados a toda a instituição.

O quadro seguinte resume a exposição da Caixa ao risco de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Estão incluídos no quadro os ativos e passivos da Caixa, ao valor de balanço, categorizados pela data mais recente entre a data de refixação de taxa de juro e a de maturidade.

	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
31 de dezembro de 2012							
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	0	0	0	0	0	18.232	18.232
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	0	0	4.990	4.990
Aplicações em instituições de crédito	42.321	0	3.241	0	0	361	45.923
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	718	9.531	1.289	11.538
Crédito a clientes	73.773	73.077	16.215	7.511	7.127	2.999	180.702
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	1.511	13.189	158	14.858
Outros ativos	0	0	0	0	0	875	875
Total de ativos	116.093	73.077	19.456	9.740	29.847	28.902	277.116
Passivos							
Recursos de Bancos Centrais	0	5.000	0	0	0	1	5.001
Recursos de outras instituições de crédito	0	0	0	0	0	113	113
Depósitos de clientes	71.742	47.516	140.434	478	0	281	260.450
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0	302	302
Total de passivos	71.742	47.516	140.434	478	0	695	260.865
Gap	44.351	25.561	(120.978)	9.262	29.847		
31 de dezembro de 2011							
Total de Ativos	114.050	50.093	57.823	1.825	20.382	11.661	255.833
Total de Passivos	73.979	65.051	106.210	42	0	646	245.927
Gap	40.071	(14.959)	(48.386)	1.783	20.382		

Medição do risco

Ao nível da gestão e monitorização do risco de taxa de juro a Caixa procede ao cálculo dos *gaps* de *repricing*, de duração e de convexidade, os quais permitem as seguintes análises:

- Os valores nominais de ativos e passivos são afetos a diferentes intervalos temporais em função da sua maturidade, se instrumento de taxa fixa, ou da data de refixação da taxa, caso se trate de um instrumento de taxa variável, representando a diferença em cada intervalo entre ativos e passivos o *gap* de *repricing*; Este permite avaliar o impacto de uma variação paralela na curva da taxa de juro sobre a margem financeira da Instituição;
- A utilização de *gaps* de duração permite visualizar os desfasamentos existentes entre a duração de ativos e passivos, refletindo as implicações que movimentos paralelos na curva da taxa de juro terão para a valorização da carteira bancária;

Quando considerada a convexidade o impacto em causa torna-se mais fiável para variações significativas da curva.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 2% nas taxas de juro de mercado a 31 de dezembro de 2012 tendo em consideração todos os instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €6.798 milhares e €-3.084 milhares (2011: €27 milhares e €-3.402 milhares). O impacto no valor económico da carteira de tal variação nas taxas de juro seria, em tal data, cerca de €1.880 milhares (2011: €2.025 milhares).

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A carteira de títulos é gerida na sua quase totalidade por entidades gestoras externas à instituição, embora exista uma pequena quantidade de títulos geridos pela própria CEMAH e que se encontram custodiados em instituições externas. Para o efeito, foram estabelecidos contratos de gestão discricionária com as referidas entidades, onde se define um benchmark de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base nas cotações obtidas por consulta da Bloomberg.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a Instituição efetua os seguintes controlos:

- são feitos contactos permanentes com as entidades gestoras, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pelas entidades gestoras, sendo efetuado a respetiva análise; e
- são realizadas reuniões trimestrais com as entidades gestoras e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa ótica conservadora.

A exposição ao risco de preço a 31 de dezembro de 2012 e 2011 era como se segue:

	Exposição máxima	
	2012	2011
Ações	78	49
Obrigações	0	0

Com base no montante registado em balanço a 31 de dezembro de 2012 e considerando a cotação das ações BES-NOM, uma potencial variação de 10% na cotação do instrumento de capital resultaria num aumento ou diminuição dos capitais próprios de €8 milhares (2011: €5 milhares).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade da entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, ou não conseguir assegurá-las em condições razoáveis.

Com referência a 31 de dezembro de 2012, 60% (2011: 56%) dos ativos da Caixa dizem respeito à carteira de crédito e 16% (2011: 27%) diz respeito a aplicações em instituições de crédito, sendo ambos integralmente financiados com depósitos de clientes. A CEMAH considera a sua base de depósitos sólida, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes.

A tesouraria da instituição é acompanhada numa base diária pelo Departamento Financeiro e pela Direção Geral. Para o efeito são elaborados mapas diários de controlo, onde são expressos os saldos existentes, e com base nos quais são tomadas as decisões em termos de aplicações a realizar, de forma a assegurar que são cumpridas as necessidades de liquidez.

Estruturalmente, a CEMAH é excedentária em liquidez, pelo que são feitas diariamente aplicações no Mercado Monetário Interbancário (MMI), e periodicamente aplicações a prazos mais alargados. Ambos os tipos de aplicações são objeto de controlo por parte do Departamento Financeiro e da Direção Geral, sendo também periodicamente submetido ao Conselho de Administração um mapa com o controlo da liquidez aplicada e respetiva remuneração.

A atividade corrente da clientela é fruto de análise, no sentido de se antecipar alguma situação suscetível de vir a criar problemas de tesouraria. Para o efeito são monitorados igualmente os ativos de médio prazo não compensados por passivos, o grau e tipo de compromissos não ativados, o uso de facilidades de *overdraft* e o impacto de passivos contingentes como compromissos de crédito e garantias. Adicionalmente, é efetuada a monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos internos e os requisitos externos impostos pelo Banco de Portugal.

A análise dos passivos financeiros por prazos de maturidade em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2012					
Recursos de outras instituições de crédito	113	-	-	-	113
Recursos de clientes	118.060	142.206	478	8	260.751
31 de dezembro de 2011					
Recursos de outras instituições de crédito	13	-	-	-	13
Recursos de clientes	139.662	106.210	42	-	245.913

A tabela abaixo representa os fluxos de caixa das exposições fora de balanço, a pagar pela Caixa de acordo com a sua maturidade residual contratual às datas de balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

31 de dezembro de 2012

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	1.336	4.200	12.743	73	4	18.356
Linhas de crédito revogáveis	593	4.200	1.025	0	7	5.825
Total	1.929	8.400	13.768	73	11	24.181

31 de dezembro de 2011

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	2.395	49	13.437	80	991	16.952
Linhas de crédito revogáveis	103	0	1.144	1.347	57	2.651
Total	2.498	49	14.582	1.427	1.048	19.603

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros mais significativos é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
31 de dezembro de 2012						
Recursos de clientes	71.983	139.273	478	-	46.955	258.688
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	1.529	643	-	-	17	2.189
31 de dezembro de 2011						
Recursos de clientes	90.012	103.212	41	-	51.130	244.395
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	0
Outros Passivos	1.157	579	-	-	17	1.753

Gestão do capital

Os objetivos da Caixa em relação à gestão de capital são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelo Supervisor;
- Salvar a capacidade da Caixa de continuar como a sua atividade e assim proporcionar retorno para o acionista; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A adequação do capital é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das diretivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal mensalmente.

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Caixa para os exercícios de 2012 e 2011.

Fundos Próprios	2012	2011
Base (i)		
Capital	17.707	17.500
Reservas e Resultados	4.934	4.378
Outros elementos	-1.882	-2.563
	<u>20.759</u>	<u>19.316</u>
Complementares		
Upper Tier 2	569	569
Lower Tier 2	0	0
	<u>569</u>	<u>569</u>
Deduções	523	110
	<u>20.805</u>	<u>19.774</u>
Requisitos de Fundos Próprios	15.353	13.712
Ativos ponderados pelo risco		
No balanço	169.877	145.952
Fora do balanço	7.758	11.490
Rácio de Solvabilidade	10,8%	11,5%

(i) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os Fundos Próprios de Base não incluem qualquer Resultado Líquido do próprio ano, uma vez que estes não se encontravam ainda auditados àquela data.

4. Ativos e passivos financeiros classificados de acordo com as categorias da IAS 39

	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Outros passivos Financeiros	Ativos/ Passivos Não Financeiros	Total
2012						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	23.917	-	-	-	-	23.917
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.990	-	-	-	-	4.990
Aplicações em instituições de crédito	45.923	-	-	-	-	45.923
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	11.538	-	-	-	11.538
Crédito a clientes	180.702	-	-	-	-	180.702
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	14.858	-	-	14.858
Outros ativos	875	-	-	-	23.394	24.269
Total Ativos	256.407	11.538	14.858	0	23.394	306.197
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	5.001	-	5.001
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	113	-	113
Depósitos de clientes	-	-	-	260.752	-	260.752
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	0
Outros passivos	-	-	-	-	5.547	5.547
Total Passivos	0	0	0	265.866	5.547	271.413
2011						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	10.007	-	-	-	-	10.007
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.860	-	-	-	-	2.860
Aplicações em instituições de crédito	75.192	-	-	-	-	75.192
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	4.062	-	-	-	4.062
Crédito a clientes	154.969	-	-	-	-	154.969
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	13.858	-	-	13.858
Outros ativos	158	-	-	-	23.206	23.364
Total Ativos	243.186	4.062	13.858	0	23.206	284.311
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	0
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	13	-	13
Depósitos de clientes	-	-	-	245.913	-	245.913
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	0
Outros passivos	-	-	-	-	6.478	6.478

5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 os valores contabilísticos dos ativos e passivos financeiros comparam com o respetivo justo valor conforme segue:

	<u>Valor contabilístico</u>	<u>Justo valor</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23.917	23.917
Disponibilidades em outras IC's	4.990	4.990
Aplicações em instituições de crédito	45.923	45.923
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	11.538	11.538
Crédito a clientes	178.181	178.181
Investimentos detidos até à maturidade	14.858	14.858
Total ativos financeiros ao justo valor	<u>279.406</u>	<u>279.406</u>
Recursos de bancos centrais	5.001	5.001
Recursos de outras instituições de crédito	113	113
Depósitos de clientes	260.752	260.752
Total passivos financeiros ao justo valor	<u>265.866</u>	<u>265.866</u>

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros mais significativos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades a Aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os Ativos financeiros disponíveis para venda são constituídos por instrumentos de dívida e instrumentos de capital estando contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de técnicas de desconto de cash-flows.

No caso de ações não cotadas, sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico.

Crédito a clientes

O Crédito a clientes é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que o seu justo valor é próximo do valor contabilístico.

Investimentos detidos até à maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade são constituídos por instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. Tendo em consideração as taxas de juro intrínsecas, considera-se que o seu valor não difere significativamente do seu justo valor.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Depósitos de clientes

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

6. Notas

6.1 Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Caixa	5.685	5.273
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	<u>18.232</u>	<u>4.734</u>
	<u>23.917</u>	<u>10.007</u>

A rubrica Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do sistema de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à média das taxas marginais das operações principais de refinanciamento do SEBC apuradas durante o período de manutenção considerado. Em 2012, estas taxas variaram entre 0,06% e 0,396% (2011: 0,347% e 1,715%).

6.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	1.977	819
Cheques a cobrar	<u>2.989</u>	<u>1.995</u>
	<u>4.966</u>	<u>2.814</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Cheques a cobrar	24	46
	<u>4.989</u>	<u>2.861</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência das demonstrações.

6.3 Aplicações em outras instituições de crédito

Quanto à sua natureza, as aplicações em outras instituições de crédito analisam-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Aplicações em instituições de crédito no país		
Outras aplicações	45.562	74.485
Juros a receber	<u>361</u>	<u>707</u>
	<u>45.923</u>	<u>75.192</u>

No que respeita à sua duração residual, as aplicações em instituições de crédito decompõem-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Até três meses	42.676	75.192
De três meses a 12 meses	<u>3.247</u>	<u>-</u>
	<u>45.923</u>	<u>75.192</u>

6.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Instrumentos de dívida		
Títulos cotados		
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa fixa	4.203	2.802
Obrigações de emissores não residentes		
Dívida não subordinada	6.046	-
	<u>10.249</u>	<u>2.802</u>
Instrumentos de capital		
Títulos cotados		
Ações de emissores nacionais	78	49
Títulos não cotados		
De emissores nacionais		
Ações	1.211	1.211
	<u>1.289</u>	<u>1.260</u>
	<u>11.538</u>	<u>4.063</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2012	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Val.Balanco Justo Valor</u>	<u>Valor Aquisição</u>	<u>Valias</u>
Emitidos por residentes					
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do Tesouro					
OT 3,35% 10/2015	72.250.000	723	718	722	(9)
OT 3,85% 04/2021	410.000.000	4.100	3.485	3.795	(496)
		<u>4.823</u>	<u>4.203</u>	<u>4.517</u>	<u>(505)</u>
De Outros residentes					
Outros					
Dívida não subordinada					
Obrigações		-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Instrumentos de capital					
Ações					
BES	87.560	-	78	316	(236)
SIBS	10.000	-	1.211	1.211	-
		<u>-</u>	<u>1.289</u>	<u>1.527</u>	<u>(236)</u>
		<u>4.823</u>	<u>5.492</u>	<u>6.044</u>	<u>(741)</u>
Emitidos por não residentes					
Instrumentos de dívida					
De outros não residentes					
Outros					
Dívida não subordinada					
Royal Bank of Scotland	5.000	5.000	6.046	5.037	946
		<u>5.000</u>	<u>6.046</u>	<u>5.037</u>	<u>946</u>
		<u>9.823</u>	<u>11.538</u>	<u>11.081</u>	<u>204</u>

31 de dezembro de 2011	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias
Emitidos por residentes					
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do tesouro					
OT 3,35% 10/2015	72.250.000	723	516	722	(211)
OT 3,85% 04/2021	410.000.000	4.100	2.285	3.795	(1.667)
		4.823	2.802	4.517	(1.878)
De outros residentes					
Outros					
Dívida não subordinada					
Obrigações					
		-	-	-	-
		-	-	-	-
Instrumentos de capital					
Ações					
BES	36.532	-	49	291	(242)
SIBS	10.000	-	1.211	1.211	-
		-	1.260	1.502	(242)
		4.823	4.062	6.019	(2.120)

Durante o exercício de 2012, a CEMAH procedeu à aquisição de obrigações do Royal Bank of Scotland que foram classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

Parte das Obrigações de Dívida Pública Portuguesa encontra-se dada como garantia a favor do Fundo de Garantia de Depósitos e Banco de Portugal, para garantia das obrigações assumidas pela Caixa. Em dezembro de 2012 foram dados como garantia €6.384 milhares para garantir a participação da CEMAH no Mercado de Operações de Intervenção, permitindo-lhe assim o acesso a operações de política monetária. A 31 de dezembro de 2012 o valor dos penhores constituídos ascendia a €12.679 milhares (2011: €3.400 milhares).

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados (SIBS) cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade e como tal estão reconhecidos ao custo. Dada a natureza deste investimento (acesso à rede SIBS), a Caixa não pretende alienar esta participação.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda não apresenta imparidade.

6.5 Crédito a clientes

A rubrica de Crédito a clientes decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Crédito a Clientes		
Créditos não representados por valores mobiliários		
Crédito Interno		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	27.202	8.576
Empréstimos	62.687	61.569
Créditos em conta corrente	1.996	2.025
Descobertos em depósitos à ordem	18.557	10.639
	<u>110.442</u>	<u>82.809</u>
Particulares		
Habituação	20 161	19 368
Consumo	11 895	13 991
<i>Outras finalidades</i>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	850	1 656
Empréstimos	29 264	27 275
Crédito em conta corrente	118	203
Outros créditos	4 674	6 867
	<u>66.962</u>	<u>69.360</u>
	<u>177.404</u>	<u>152.169</u>
Juros e comissões a receber	<u>802</u>	<u>602</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	126	118
Mais de 90 dias	2.370	2.080
	<u>2.496</u>	<u>2.198</u>
Total Bruto	<u>180.702</u>	<u>154.969</u>
Menos:		
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	886	574
Provisão para crédito e juros vencidos	1.635	1.438
	<u>2.521</u>	<u>2.012</u>
Total Líquido	<u>178.181</u>	<u>152.957</u>

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2012 é apresentado na Nota 6.12.

De salientar que, para além das provisões para créditos de cobrança duvidosa e crédito vencido, a Caixa tem outras provisões, apresentadas no passivo, (ver Nota 6.12) no montante de €1.981 milhares (2011: €1.755 milhares) que também se destinam a cobrir riscos de crédito (Provisões para riscos gerais de crédito).

A rubrica de crédito interno inclui €1.502 milhares de descobertos em depósitos à ordem, e €544 milhares em crédito a prestações, da Santa Casa de Misericórdia de Angra do Heroísmo que, em 31 de dezembro de 2012, vencem juros a taxas correntes de mercado (2011: €1.634 milhares e €66 milhares, respetivamente).

O escalonamento dos créditos sobre clientes, em função da sua duração residual, é o seguinte:

<u>Prazos</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Até três meses	30.635	15.646
De três meses a um ano	25.217	28.229
De um a cinco anos	39.983	35.795
Mais de cinco anos	53.766	49.701
Duração indeterminada (*)	31.100	25.598
	<u>180.702</u>	<u>154.969</u>

(*) Descobertos em Depósitos à ordem e Crédito e juros vencidos

A exposição a risco de crédito para contratos com valores vencidos mas sem imparidade, segmentada por antiguidade de incumprimento, é a seguinte:

	<u>Exposição Máxima</u>	<u>Provisões para crédito</u>
31 de dezembro de 2012		
Inferior a 3 meses	2.099	3
3 a 6 meses	3.065	50
6 a 12 meses	2.493	219
Superior a 12 meses	3.574	2.250
Total	<u>11.230</u>	<u>2.521</u>
31 de dezembro de 2011		
Inferior a 3 meses	1.693	1
3 a 6 meses	2.638	38
6 a 12 meses	2.656	215
Superior a 12 meses	2.838	1.755
Total	<u>9.824</u>	<u>2.011</u>

A exposição a risco de crédito para contratos com valores vencidos mas sem imparidade, segmentada por antiguidade de incumprimento, desagregada por tipo de produto, apresenta-se conforme se segue:

31 de dezembro de 2012	Crédito a			Total
	Descobertos	Letras e Livranças	Prestações	
Inferior a 3 meses	60	47	1.991	2.099
3 a 6 meses	88	3	2.974	3.065
6 a 12 meses	72	106	2.315	2.493
Superior a 12 meses	527	288	2.759	3.574
Total	747	444	10.039	11.230
JV Colaterais	0	676	11.301	11.977
Diferença	747	-233	-1.261	-747

31 de dezembro de 2011	Crédito a			Total
	Descobertos	Letras e Livranças	Prestações	
Inferior a 3 meses	159	38	1.495	1.693
3 a 6 meses	49	27	2.562	2.638
6 a 12 meses	247	129	2.279	2.655
Superior a 12 meses	762	182	1.894	2.838
Total	1.217	376	8.230	9.824
JV Colaterais	84	84	11.209	11.377
Diferença	1.133	292	-2.979	-1.553

No que se refere aos créditos mais significativos com imparidade em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estes decompõem-se da seguinte forma:

31 de dezembro de 2012	Particulares			Empresas			Total
	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	
Exposição Total	3	80	1.689	316	97	7.678	9.863
Imparidade	3	13	632	210	3	1.013	1.874
Justo valor dos Colaterais	-	-	1.437	134	164	5.172	6.907

31 de dezembro de 2011	Particulares			Empresas			Total
	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	
Exposição Total	22	430	3.988	6.530	5.316	52.332	68.618
Imparidade	22	80	2.662	493	33	2.395	5.685
Justo valor dos Colaterais	-	-	4.211	1.611	3.372	23.336	32.530

Salienta-se que o justo valor dos colaterais inclui as garantias reais (garantias hipotecárias), avaliadas por entidades credenciadas e independentes.

6.6 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Instrumentos de dívida		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	11.310	11.319
De outros residentes		
Dívida não subordinada	3.548	-
De emissores públicos estrangeiros	-	2.540
	<u>14.858</u>	<u>13.859</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2012	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Aquisição</u>	<u>Valor Títulos</u>	<u>Juros a receber</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Valor Balanço</u>
Emitidos por residentes							
Instrumentos de dívida							
De dívida pública portuguesa							
OT 4,95% 25/10/2023	996.500.000	9.965	9.965	9.965	91	-	10.056
OT 4,8% 15/06/2020	115.800.000	1.158	1.242	1.224	30	-	1.254
		<u>11.123</u>	<u>11.207</u>	<u>11.189</u>	<u>121</u>	<u>-</u>	<u>11.310</u>
De outros residentes							
REN 6,25% 21/09/2016	2.000.000	2.000	2.000	2.000	34	-	2.034
SONAE 7% 25/07/2015	5.000	5	5	5	-	-	5
ZON Multimédia 2012/2015	1.505	1.505	1.506	1.506	3	-	1.509
		<u>3.510</u>	<u>3.511</u>	<u>3.511</u>	<u>38</u>	<u>-</u>	<u>3.548</u>
		<u>14.633</u>	<u>14.718</u>	<u>14.700</u>	<u>159</u>	<u>-</u>	<u>14.857</u>
31 de dezembro de 2011							
Emitidos por residentes							
Instrumentos de dívida							
De dívida pública portuguesa							
OT 4,95% 25/10/2023	996.500.000	9.965	9.965	9.965	91	-	10.056
OT 4,8% 15/06/2020	115.800.000	1.158	1.242	1.233	30	-	1.263
		<u>11.123</u>	<u>11.207</u>	<u>11.198</u>	<u>121</u>	<u>-</u>	<u>11.319</u>
Emitidos por não residentes							
Instrumentos de dívida							
De emissores públicos estrangeiros							
Hellenic Republic 2020/06/19	2.268	2.268	2.489	2.464	76	1.270	1.270
		<u>2.268</u>	<u>2.489</u>	<u>2.464</u>	<u>76</u>	<u>1.270</u>	<u>1.270</u>
		<u>13.391</u>	<u>13.696</u>	<u>13.661</u>	<u>197</u>	<u>1.270</u>	<u>12.588</u>

Em 2011, o mercado de dívida soberana europeia sofreu um revés sem precedentes, instalando-se uma desconfiança generalizada, motivada pela difícil situação orçamental de alguns Estados. É neste contexto, fortemente potenciado pela deterioração da situação da Grécia, que é questionado o risco de crédito de vários países europeus, nomeadamente a França, que em dezembro de 2011 foi alvo de um *outlook* negativo por parte da S&P. A CEMAH, antecipando perdas adicionais futuras relativas à carteira de dívida soberana, vendeu as obrigações francesas, realizando uma mais-valia de €13 milhares.

Igualmente em 2011, no seguimento da reestruturação da dívida soberana grega, ocorrida no âmbito do Private Sector Involvement (PSI), em 2011 a CEMAH reconheceu uma imparidade de 50% sobre o valor de balanço desta exposição (ver Nota 6.12).

Em setembro de 2012 a CEMAH alienou toda a posição que detinha relativa aos títulos de dívida grega, tendo a mesma gerado uma menos valia de €1.885 milhares (ver Nota 6.24).

6.7 Ativos não correntes detidos para venda

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e de 2011 analisa-se como segue:

	Imóveis	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo em 31.12.2011			
Valor bruto	5.064	0	5.064
Imparidade acumulada	-364	0	-364
Valor líquido	<u>4.700</u>	<u>0</u>	<u>4.700</u>
Movimento			
Adições	1.285	50	1.335
Alienações	-112	0	-112
Saldo em 31.12.2012			
Valor bruto	6.237	50	6.287
Imparidade acumulada	-425	0	-425
Valor líquido	<u>5.812</u>	<u>50</u>	<u>5.862</u>

O valor de adições registado no exercício de 2012 (€1.335 milhares) refere-se a imóveis e outros ativos tangíveis recebidos no âmbito de processos de recuperação de crédito (2011: €897 milhares).

Em 2012 foram alienados 21 imóveis, registados ao valor de €112 milhares, dos quais resultaram €32 milhares de menos-valias (2011: alienados 9 imóveis, registados ao valor de €841 milhares, dos quais resultaram €39 milhares de menos-valias).

O movimento ocorrido na imparidade encontra-se explicitado na Nota 6.12.

6.8 Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	<u>Imóveis de serviço próprio</u>	<u>Equipamento</u>	<u>Ativos tangíveis em curso</u>	<u>Outros ativos tangíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2011					
Custo	7.934	3.051	1.059	1.637	13.682
Amortizações acumuladas	<u>(2.085)</u>	<u>(2.348)</u>	-	<u>(3)</u>	<u>(4.436)</u>
Valor líquido	<u>5.848</u>	<u>703</u>	<u>1.059</u>	<u>1.634</u>	<u>9.246</u>
Movimentos no exercício de 2011					
Saldo líquido de abertura	5.848	703	1.059	1.634	9.246
Adições	-	113	678	60	851
Transferências	1.566	148	(1.714)	-	0
Abates	-	(32)	(23)	-	(55)
Amortizações acumuladas bens abatidos	-	30	-	-	30
Amortizações do exercício	<u>(183)</u>	<u>(305)</u>	-	<u>0</u>	<u>(488)</u>
Saldo líquido de encerramento	<u>7.231</u>	<u>657</u>	<u>0</u>	<u>1.694</u>	<u>9.584</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011					
Custo	9.500	3.281	0	1.696	14.475
Amortizações acumuladas	<u>(2.268)</u>	<u>(2.623)</u>	-	<u>(4)</u>	<u>(4.895)</u>
Valor líquido	<u>7.231</u>	<u>658</u>	<u>0</u>	<u>1.692</u>	<u>9.581</u>
Movimentos no exercício de 2012					
Saldo líquido de abertura	7.231	658	0	1.692	9.581
Adições	-	78	200	9	287
Transferências	-	26	(26)	-	-
Abates	-	(24)	(29)	(1.617)	(1.670)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regu	-	23	-	1	24
Amortizações do exercício	<u>(183)</u>	<u>(248)</u>	-	-	<u>(431)</u>
Saldo líquido de encerramento	<u>7.048</u>	<u>513</u>	<u>145</u>	<u>85</u>	<u>7.791</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012					
Custo	9.500	3.364	145	88	13.095
Amortizações acumuladas	<u>(2.452)</u>	<u>(2.849)</u>	-	<u>(3)</u>	<u>(5.304)</u>
Valor líquido	<u>7.048</u>	<u>514</u>	<u>145</u>	<u>85</u>	<u>7.791</u>

As adições registadas nos Ativos tangíveis em curso durante o exercício de 2012 dizem respeito a investimentos realizados na rede de Terminais de Pagamento Automático da CEMAH (€100 milhares) e a aquisição de digitalizadores de cheques que se destinam aos balcões da CEMAH (€43 milhares).

As transferências ocorridas da rubrica Ativos tangíveis em curso para Equipamento dizem respeito à transferência do equipamento afeto ao balcão do Hospital de Angra de Heroísmo (€26 milhares). Os restantes €29 milhares, referentes a adaptação do espaço onde foi instalado o balcão, foram classificados como Gastos gerais administrativos.

As aquisições de Equipamento efetuadas em 2012 referem-se essencialmente a mobiliário e material (€14 milhares), equipamento informático (€27 milhares), equipamento de segurança (€11 milhares) e outro equipamento (€23 milhares).

Os Equipamentos abatidos em 2012 dizem respeito a bens que se encontravam obsoletos e danificados, nomeadamente, máquinas e ferramentas e equipamento informático.

6.9 Ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro analisa-se como segue:

	Sistemas tratamento automático de dados	Ativos intangíveis em Curso	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011				
Custo	1.786	17	-	1.803
Amortizações acumuladas	(1.741)	-	-	(1.741)
Valor líquido	<u>45</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>62</u>
Movimentos no exercício de 2011				
Saldo líquido de abertura	45	17	-	62
Adições	26	457	77	560
Transferências	2	(2)	-	-
Amortizações do exercício	(37)	-	(15)	(52)
Saldo líquido de encerramento	<u>36</u>	<u>472</u>	<u>62</u>	<u>570</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011				
Custo	1.814	472	77	2.363
Amortizações acumuladas	(1.777)	-	(15)	(1.793)
Valor líquido	<u>37</u>	<u>472</u>	<u>62</u>	<u>570</u>
Movimentos no exercício de 2012				
Saldo líquido de abertura	37	472	62	570
Adições	31	256	-	287
Transferências	54	(54)	-	-
Amortizações do exercício	(33)	-	(15)	(48)
Saldo líquido de encerramento	<u>88</u>	<u>674</u>	<u>46</u>	<u>808</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012				
Custo	1.898	674	77	2.649
Amortizações acumuladas	(1.810)	-	(31)	(1.841)
Valor líquido	<u>88</u>	<u>674</u>	<u>46</u>	<u>808</u>

O acréscimo verificado em 2012 na rubrica Ativos intangíveis em curso diz respeito ao desenvolvimento do novo sistema informático Transakt (módulo de crédito) e do Sistema Integrado de Gestão (SIG).

6.10 Impostos Ativos e Passivos

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, pode ser analisada no quadro que se segue:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Impostos correntes				
IRC	-	99	-	-
	<u>-</u>	<u>99</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos				
Provisões tributadas:				
- Crédito hipotecário	141	-	67	-
- Riscos gerais de crédito	311	-	254	-
Prémios de antiguidade	40	-	38	-
Títulos (reserva justo valor)	(81)	-	500	-
Reavaliação imóveis	(27)	-	(28)	-
	52	-	-	-
	<u>436</u>	<u>-</u>	<u>832</u>	<u>-</u>
Total de impostos em balanço	<u>436</u>	<u>99</u>	<u>832</u>	<u>-</u>

6.11 Outros ativos

A rubrica de Outros ativos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	64	-
Devedores por bonificações a receber	514	96
Outros devedores	<u>280</u>	<u>59</u>
	<u>858</u>	<u>155</u>
Outros activos		
Outras disponibilidades	17	2
Outros imóveis	-	-
Economato	70	24
Numismática e outros metais preciosos	<u>11</u>	<u>11</u>
	<u>98</u>	<u>37</u>
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	<u>845</u>	<u>1.268</u>
	<u>845</u>	<u>1.268</u>
Outras contas a regularizar		
Outras operações a regularizar	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>1.803</u>	<u>1.460</u>

A 31 de dezembro de 2012, a rubrica Sector público administrativo inclui os dois pagamentos especiais por conta efetuados em 2012 (€30 milhares) e retenções na fonte efetuadas por terceiros (€34 milhares). A rubrica Devedores por bonificações a receber contém os valores a receber do Governo Regional dos Açores (€507 milhares) e da Direção Geral do Tesouro (€7 milhares) relativos a bonificações (2011: €89 milhares e €7 milhares, respetivamente).

A rubrica Outras despesas com encargo diferido diz respeito essencialmente ao acréscimo de responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios resultante da transição para as IAS, que ainda não foram amortizadas por contrapartida de resultados transitados, cerca de €805 milhares (ver nota 2.3.7). A variação ocorrida no exercício é explicada na sua maioria pelo valor da amortização anual dos encargos com pensões de reforma e outros benefícios, acima referida, no valor de €415 milhares (2011: €416 milhares).

6.12 Provisões e imparidades

Os movimentos registados nas provisões e imparidades da Caixa durante o exercício de 2012 resumem-se conforme segue:

	Movimentos em 2012				Saldo em 31-12-2012
	Saldo em 31-12-2011	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	
Provisões específicas p/ crédito a clientes					
Provisões para crédito vencido	1.438	1.464	(1.103)	(913)	886
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	573	1.018	(698)	742	1.635
Provisões para riscos gerais de crédito	1.756	1.265	(1.040)	(0)	1.981
Outras Provisões	13	15	-	(13)	15
Total Provisões	3.781	3.762	(2.841)	(184)	4.517
Imparidade em tít. e part. financeiras	1.270	365	-	(1.635)	-
Imparidade em ativos não financeiros	364	85	-	(24)	425
Total Imparidades	1.633	451	-	(1.660)	425
Total provisões e imparidades	5.415	4.212	(2.841)	(1.844)	4.942

	Movimentos em 2011				Saldo em 31-12-2011
	Saldo em 31-12-2010	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	
Provisões específicas p/ crédito a clientes					
Provisões para crédito vencido	1.371	1.318	(1.245)	(6)	1.438
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	517	996	(859)	(81)	573
Provisões para riscos gerais de crédito	1.551	974	(769)	-	1.756
Outras Provisões	375	139	(500)	-	13
Total Provisões	3.814	3.427	(3.373)	(87)	3.781
Imparidade em tít. e part. financeiras	-	1.270	-	-	1.270
Imparidade em ativos não financeiros	301	73	-	(10)	364
Total Imparidades	301	1.342	-	(10)	1.633
Total provisões e imparidades	4.116	4.770	(3.373)	(97)	5.415

No que respeita ao movimento das provisões para crédito a clientes, destaca-se o aumento líquido de cerca de €510 milhares nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e de €225 milhares nas provisões para riscos gerais de crédito (2011: aumento de €123 milhares e €205 milhares, respetivamente).

Em 2012, a diminuição verificada em Imparidade em títulos e participações financeiras diz respeito à alienação do investimento realizado em dívida pública grega (ver nota 6.6).

Em 2012 e em 2011, o aumento da provisão para imparidade em ativos não financeiros resultou da reavaliação de imóveis em carteira.

6.13 Recursos de bancos centrais

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Recursos de bancos centrais inclui €5.000 milhares do Banco Central Europeu obtidos no âmbito da cedência regular de liquidez em leilão (operação de refinanciamento) que se vence em 28 de março de 2013 com pagamento de juros à taxa de 0,75%.

6.14 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica inclui os depósitos à ordem de outras instituições de crédito num montante global de €113 milhares (2011: €13 milhares).

6.15 Recursos de Clientes

O saldo desta rubrica é composto, quanto à sua natureza, como se segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Recursos de Residentes		
Depósitos à ordem	46.653	50.750
Depósitos a prazo	146.750	143.622
Depósitos de poupança	64.983	49.643
Cheques e ordens a pagar	302	380
	<u>258.688</u>	<u>244.395</u>
Juros a Pagar	2.064	1.518
	<u>260.752</u>	<u>245.913</u>

Quanto à duração residual, estes recursos decompõem-se da seguinte forma:

<u>Prazos</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Exigível à vista	<u>49.119</u>	<u>53.376</u>
Exigível a prazo		
Até 3 meses	71.983	88.789
De três meses a um ano	139.273	103.695
De um a cinco anos	377	53
	<u>211.633</u>	<u>192.537</u>
	<u>260.752</u>	<u>245.913</u>

A 31 de dezembro de 2012, as taxas de remuneração dos depósitos à ordem oscilavam entre 0 % e 3% (2011: 0% e 3%), e as referentes a depósitos a prazo e de poupança entre 1% e 6,75% (2011: 1% e 7,15%).

6.16 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.18)	16.055	14.000
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.18)	(14.995)	(13.107)
Desvios atuariais (ver Nota 6.18)	201	2.060
	<u>1.261</u>	<u>2.953</u>
Credores e outros recursos		
Outros recursos	17	17
Sector público administrativo	229	193
Outros credores	125	194
	<u>371</u>	<u>404</u>
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal	436	426
Gastos gerais administrativos	48	-
Responsabilidades com prémio de antiguidade (ver Nota 6.16)	159	153
	<u>643</u>	<u>579</u>
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	1.177	773
	<u>1.177</u>	<u>773</u>
Outros Passivos	<u>3.452</u>	<u>4.709</u>

A rubrica Outros credores, inclui valores a pagar por fornecimento de bens e serviços.

As Outras operações a regularizar referem-se essencialmente a movimentos de compensação dos levantamentos em caixas Multibanco por clientes da CEMAH e de débitos diretos junto da SIBS.

6.17 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com menos de 90 dias de maturidade inicial resumem-se conforme segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Caixa	5.685	5.272
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	18.232	4.734
Disponibilidades à vista em outras IC's	4.990	2.860
Aplicações em IC's com prazos inferiores a 3 meses	28.000	74.485
	<u>56.907</u>	<u>87.352</u>

6.18 Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios

6.18.1 Plano de Pensões, SAMS e Subsídio por Morte

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) e responsabilidades com o pagamento do subsídio por morte após reforma, encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19.

O BPI Pensões é a entidade responsável por efetuar as avaliações atuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades acima referidas e pela gestão do respetivo fundo de

pensões. A avaliação atuarial tem por base o método “ProjectedCreditUnit” e os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

	Pressupostos	
	31-Dez-12	31-Dez-11
Hipóteses financeiras		
Taxa de desconto	4,50%	5,50%
Taxa de crescimento salarial	2,25%	2,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,25%	1,25%
Taxa de rentabilidade do Fundo	2,4%	2,4%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	50% EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

De salientar que as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro (ver Nota 2.3.7) implicaram uma revisão ao modelo atuarial adotado, com vista ao reconhecimento futuro do carácter de complementaridade ao RGSS.

O reconhecimento gradual da transferência parcial da cobertura de reforma por velhice está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012 a Caixa tem 115 participantes no Fundo de Pensões, dos quais 63 são trabalhadores no ativo, 26 são reformados, 15 são pensionistas e 11 são ex-trabalhadores (2011: 116, 64, 27, 14 e 11, respetivamente).

No que respeita à esperança média de vida dos participantes do fundo, esta apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Esperança média de vida (anos)		
Ativos	33.4	34.1
Reformados	17.2	17.3
Pensionistas	14.3	15.6

As responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS, Subsídio de Morte e respetiva cobertura do Fundo de Pensões resumem-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Responsabilidades por serviços passados		
Colaboradores no ativo	8.584	7.294
Pensionistas, reformados e ex-trabalhadores	<u>7.471</u>	<u>6.706</u>
	<u>16.055</u>	<u>14.000</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões	<u>14.995</u>	<u>13.107</u>
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u><u>(1.060)</u></u>	<u><u>(893)</u></u>

A evolução do valor atual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS e Subsídio por morte pode ser analisada como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Responsabilidades no início do exercício	14.000	15.140
Custo do serviço corrente	37	50
Custo dos juros	757	783
Pensões Pagas	(549)	(542)
(Ganhos) e perdas atuariais	2.054	(1.430)
Custo dos serviços passados	(244)	-
Responsabilidades no fim do exercício	<u><u>16.055</u></u>	<u><u>14.000</u></u>

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2012 e de 2011, relativo ao valor dos ativos do Fundo de Pensões foi como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Valor do Fundo de Pensões no início do exercício	13.107	12.540
Contribuições	1.650	1.410
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(576)	(556)
Rendimento esperado dos activos	578	589
Ganhos e (perdas) atuariais	236	(875)
Valor do Fundo de Pensões no final do exercício	<u>14.995</u>	<u>13.107</u>

Os desvios atuariais, que em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, resultam em ganhos ascendem a €201 milhares (31.12.2011: €2.060 milhares), incluídos no corredor.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da CEMAH relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões, SAMS e Subsídio de morte resumem-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Custo dos serviços correntes	37	50
Custo dos juros	757	783
Rendimento esperado dos ativos	(578)	(589)
Amortização dos Ganhos fora do corredor	(47)	-
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	(53)	(58)
Prémio de seguro	34	-
Custo/(ganho) com serviços passados	(244)	-
Total incluído em Custos com pessoal	<u>(94)</u>	<u>186</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os montantes reconhecidos em balanço relacionados com responsabilidades com pensões, SAMS, subsídio de morte e respetiva cobertura encontram-se refletivos na nota 6.16.

O movimento nos desvios atuariais durante o exercício de 2012 e de 2011 foi como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Ganhos e (perdas) actuariais durante o exercício:		
Amortização de desvios atuariais	(47)	-
Taxa de rentabilidade do Fundo	236	(875)
Responsabilidades nas pensões	(2.054)	1.430
Outros	6	(15)
	<u>(1.859)</u>	<u>540</u>
Desvios atuariais em 31 de dezembro (ver Nota 6.16)	<u>201</u>	<u>2.060</u>

Os ativos do Fundo apresentam a seguinte decomposição:

	31-12-2012		31-12-2011	
	<u>Valor</u>	<u>Percentagem</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentagem</u>
Obrigações	3.805	25,4%	3.904	29,8%
Ações	1.832	12,2%	1.383	10,6%
Imobiliário	291	1,9%	373	2,8%
Retorno Absoluto	0	0,0%	57	0,4%
Liquidez	9.067	60,5%	7.390	56,4%
	<u>14.995</u>	<u>100,0%</u>	<u>13.107</u>	<u>100,0%</u>

6.18.2 Prémio de Antiguidade

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de antiguidade a 31 de dezembro de 2012 é de €159 milhares (31.12.2011: €153 milhares). Os desvios atuariais ascenderam a €-9 milhares. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros passivos (ver Nota 6.16).

6.19 Capital, reserva de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Capital

Em 31 de dezembro de 2012, o capital estatutário da Caixa é de €17.707 milhares encontrando-se totalmente realizado. A Caixa é detida a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Conforme deliberação da Assembleia-geral de 21 de março de 2012, o resultado líquido da Caixa referente ao exercício de 2011, no montante de €829 milhares (após absorção dos resultados transitados negativos no valor de €416 milhares), foi distribuído da seguinte forma: 25% para Capital; 25% para Reserva Legal, 25% para Reserva Estatutária e 25% para distribuir ao acionista.

No decurso do exercício de 2012, o capital registou um aumento de cerca de €207 milhares, resultante da afetação anual do resultado líquido do exercício (de acordo com os seus Estatutos, o capital da Caixa deverá ser elevado anualmente com 25% do lucro líquido anual, depois de deduzidos os valores a transferir para as reservas legal/geral, especial e distribuição de lucros ao acionista).

No decurso do exercício de 2011, o capital registou um aumento de cerca de €2.289 milhares, sendo que €2.030 milhares foram transferidos da reserva legal para capital (conforme aprovação da Assembleia Geral) e €259 milhares da afetação anual do resultado líquido do exercício (de acordo com os seus Estatutos, o capital da Caixa deverá ser elevado anualmente com 25% do lucro líquido anual, depois de deduzidos os valores a transferir para as reservas legal/geral, especial e distribuição de lucros ao acionista).

Reserva de reavaliação

Os saldos das contas de reserva de reavaliação decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-12-12</u>	<u>31-12-11</u>
Reserva reavaliação		
Reserva de justo valor (Ver Nota 6.4)	204	(2.120)
Reservas de reavaliação legal	569	569
	<u>773</u>	<u>(1.551)</u>

A rubrica reserva de justo valor diz respeito à variação do justo valor dos títulos registados em ativos financeiros disponíveis para venda.

O saldo apresentado na rubrica Reserva de reavaliação legal em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, no montante de €569 milhares, resulta da reavaliação efetuada em exercícios anteriores dos imóveis de serviço próprio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro. Não foi efetuada qualquer reavaliação de ativos tangíveis durante os exercícios de 2012 e de 2011.

A reserva de reavaliação legal apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real atual;
- (ii) para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive; e
- (iii) para incorporação no capital social, na parte remanescente.

Outras reservas e resultados transitados

Os saldos das contas de outras reservas e resultados transitados decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Reserva legal	1.620	1.413
Reserva Especial	3.589	3.381
Resultados Transitados	(56)	(416)
	<u>5.153</u>	<u>4.378</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Reserva legal		
Saldo em 1 de janeiro	1.413	3.184
Transf. Resultados Transitados	207	259
Transf. Para Capital	-	(2.030)
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.620</u>	<u>1.413</u>
Reserva especial		
Saldo em 1 de janeiro	3.381	3.122
Transf. Resultados Transitados	207	259
Saldo em 31 de dezembro	<u>3.589</u>	<u>3.381</u>
Resultados Transitados		
Saldo em 1 de janeiro	(416)	(416)
Resultado líquido ano anterior	1.245	1.452
Amortização do impacto IAS 19 - Aviso nº 12/2001	(416)	(416)
Transf.p/ Capital	(207)	(259)
Distribuição dividendos	(207)	(259)
Transf.p/ reserva legal	(207)	(259)
Transf.p/ outras reservas	(207)	(259)
Impostos diferidos	360	-
	<u>(56)</u>	<u>(416)</u>
	<u>5.153</u>	<u>4.378</u>

A reserva legal destina-se a ocorrer a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias (conforme a alínea a) do artigo 27º dos Estatutos da CEMAH). A legislação Portuguesa aplicável às caixas económicas (artigos 26º e 27º do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 20% do lucro líquido anual, até atingir pelo menos 25% da totalidade dos depósitos. De acordo com os Estatutos, o montante a creditar anualmente foi elevado para 25% do lucro líquido anual. Durante o exercício de 2012 esta reserva registou um aumento de cerca de €207 milhares por via da distribuição de resultados.

A reserva especial só pode ser utilizada para cobrir prejuízos resultantes das atividades correntes. A legislação Portuguesa aplicável às caixas económicas (artigos 26º e 27º do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio) exige que a reserva especial seja anualmente creditada com pelo menos 5% do lucro líquido anual. De acordo com os Estatutos o montante a creditar anualmente foi elevado para 25% do lucro líquido anual. Durante o exercício de 2012 esta reserva registou um aumento de cerca de €207 milhares (2011: €259 milhares).

6.20 Contas extrapatrimoniais

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	9.433	4.601
Ativos dados em garantia (i)	<u>12.679</u>	<u>3.400</u>
	<u>22.112</u>	<u>8.001</u>
Garantias recebidas		
Garantias pessoais/institucionais		
Garantias e avales - Residentes	66.749	67.374
Garantias reais (ativos recebidos em garantia)		
Créditos - Residentes	<u>153.484</u>	<u>133.887</u>
	<u>220.233</u>	<u>201.261</u>
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis		
Crédito autorizado ao abrigo de contratos de mútuo, não utilizado	18.356	16.952
Outros compromissos	872	872
Linhas de crédito revogáveis	<u>3.782</u>	<u>4.723</u>
	<u>23.010</u>	<u>22.546</u>
Compromissos assumidos por terceiros		
Por compromissos irrevogáveis		
Por linhas de crédito irrevogáveis (ii)	<u>1.850</u>	<u>2.071</u>
	<u>1.850</u>	<u>2.071</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	17	9
De cobrança de valores	<u>3.083</u>	<u>3.766</u>
	<u>3.100</u>	<u>3.775</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores - Ativos sob gestão (iii)	<u>44.895</u>	<u>9.568</u>
	<u>44.895</u>	<u>9.568</u>
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos abatidos ao ativo	1.184	1.091
Juros vencidos	230	115
Contas diversas (iv)	<u>35.602</u>	<u>25.247</u>
	<u>37.016</u>	<u>26.453</u>

i) Diz respeito aos títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Banco de Portugal no valor de €3.400 milhares (2011: €3.400 milhares);

ii) Linha de crédito intradiária no Banco de Portugal;

iii) Inclui ativos financeiros administrados por terceiros, representados por títulos, disponibilidades e aplicações a prazo (carteiras de títulos com contrato de gestão).

iv) Inclui os valores de crédito vivo e vencido dos contratos renegociados.

6.21 Margem Financeira

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades s/ Bancos Centrais	24	60
Disponibilidades s/ OIC	10	0
Aplicações Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário	134	236
Depósitos	2.465	4.355
Crédito clientes		
Empresas e Administrações Públicas		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	796	449
Empréstimos	3.570	1.897
Crédito conta corrente	101	104
Descobertos DO	1.310	1.077
Factoring	-	-
Particulares		
Habitação	715	744
Consumo	1.102	1.285
Outras finalidades		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	72	95
Empréstimos	1.451	1.188
Crédito conta corrente	24	29
Descobertos DO	386	356
Outros créditos e valores a receber (titulados)	123	-
Crédito vencido	357	165
Juros e rendimentos similares outros activos	1.136	980
Devedores e outras aplicações	-	-
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	114	98
	<u>13.890</u>	<u>13.118</u>
Juros e encargos similares:		
Recursos de bancos Centrais	1	-
Recursos IC país	-	-
Depósitos à ordem	145	175
Depósitos a prazo do tipo promissória	5.719	4.580
Depósitos a prazo do tipo poupança	1.113	957
	<u>6.978</u>	<u>5.712</u>
Margem financeira	<u>6.912</u>	<u>7.406</u>

Em 2012, das variações registadas na margem financeira, salienta-se a redução verificada nos juros das aplicações a prazo da CEMAH (€1.890 milhares), resultante tanto da redução das taxas de juro de mercado face ao ano anterior, como da limitação legal à concentração de risco por entidade, que levou a que a CEMAH tivesse que optar por alternativas de aplicação do seu excedente de liquidez diferentes dos depósitos em outras instituições de crédito.

Dos juros e rendimentos similares de outros ativos constam os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos investimentos detidos até à maturidade.

6.22 Rendimentos de instrumentos de Capital

A rubrica Rendimentos de instrumentos de capital inclui os dividendos recebidos da participação na SIBS (€15 milhares).

6.23 Comissões Líquidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outras comissões recebidas		
Por serviços bancários prestados	132	127
Por garantias prestadas	428	131
Emissão de cheques	106	116
Comissões de processamento	515	477
Multibanco	574	576
Comissões de manutenção	27	-
Comissão levantamento numerário	65	76
Outras	21	1
	<u>1.868</u>	<u>1.504</u>
Outras comissões pagas		
Por operações realizadas por terceiros	14	24
Outras	288	181
	<u>302</u>	<u>205</u>
	<u>1.566</u>	<u>1.299</u>

Das comissões recebidas associadas ao Multibanco, €236 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário. Das Outras comissões pagas, €191 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário

6.24 Resultados líquidos em operações financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ganhos e perdas em diferenças cambiais	78	87
Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	4	2
Ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 6.6)	(1.885)	13
	<u>(1.803)</u>	<u>102</u>

Os resultados cambiais relacionam-se essencialmente com ganhos relacionados com os câmbios EUR/USD e EUR/CAD.

Os ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade incluem os resultados da alienação da dívida helénica.

6.25 Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendimentos e receitas operacionais		
Ganhos em outros ativos tangíveis	-	-
Outras receitas operacionais	142	129
	<u>142</u>	<u>129</u>
Encargos e gastos operacionais		
Quotizações e donativos	123	58
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	57	59
Perdas em activos não financeiros	32	40
Outros gastos operacionais	104	139
Outros impostos	8	36
	<u>324</u>	<u>332</u>
	<u>(182)</u>	<u>(203)</u>

A redução registada na rubrica Outros impostos, ficou a dever-se ao fato de, em 2012, esta deixar de incluir a incluir a periodificação do novo Imposto especial sobre a banca (2011:€29 milhares), que passou a ser considerado numa rúbrica de provisões.

Em 2012, dos €104 milhares registados em Outros gastos operacionais constam, entre outros, os pagamentos efetuados pela utilização dos serviços da Bloomberg e do BPnet do Banco de Portugal.

6.26 Custos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	137	137
Remunerações dos empregados	2.397	2.343
Encargos sociais obrigatórios	520	811
Outros custos com pessoal	41	63
	<u>3.095</u>	<u>3.354</u>

Durante os exercícios de 2012 e 2011 o número médio de empregados e administradores executivos ao serviço da CEMAH apresenta-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Administradores executivos	3	3
Quadros superiores	10	11
Outros quadros	10	10
Administrativos	6	7
Outros colaboradores	63	62
	<u>92</u>	<u>93</u>

6.27 Gastos gerais administrativos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	89	86
Material de consumo corrente	30	50
Publicações	6	5
Material de higiene e limpeza	-	3
Outros fornecimentos de terceiros	15	81
Com serviços		
Rendas e alugueres	109	104
Comunicações	279	265
Deslocações, estadas e representação	111	151
Publicidade e edição de publicações	197	191
Conservação e reparação	231	244
Formação de pessoal	45	26
Seguros	12	61
Serviços especializados	835	781
Outros serviços de terceiros	20	53
	<u>1.979</u>	<u>2.101</u>

A necessidade de se proceder à manutenção e reparação contínua do património imobiliário da instituição, tem exigido um esforço financeiro significativo à CEMAH, conforme se pode verificar pelo peso da respetiva rubrica no total dos gastos gerais administrativos que, em 31 de dezembro de 2012, ascende a €231 milhares (2011: €244 milhares). De salientar ainda o valor referente a Serviços especializados, no montante de €835 milhares (2011: €781 milhares), representando em 2012 cerca de 42% (2011: 37%) do total de gastos gerais administrativos, que inclui essencialmente, a prestação de serviços pela SIBS e os honorários dos auditores e outros consultores externos.

Dando cumprimento à alínea b) do nº1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, os montantes totais pagos pelos serviços contratados durante o exercício de 2012 com a sociedade de revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados resumem-se conforme:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Auditoria	114	130
Outros serviços de garantia e fiabilidade	118	52
	<u>232</u>	<u>183</u>

6.28 Impostos sobre lucros

Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC e correspondente derrama. O pagamento dos impostos sobre lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

Apuramento do imposto corrente do exercício

	<u>31-12-2012</u>
Resultado antes de impostos	1.084
Variações patrimoniais (Fundo de Pensões)	(416)
Provisões não dedutíveis ou acima dos limites fiscais	975
Reversão de provisões tributadas	(439)
Menos valias fiscais	(1.551)
Outros valores	<u>139</u>
Resultado fiscal (prejuízo)	<u><u>(208)</u></u>

Os impostos diferidos ativos e passivos são registados quando existe uma diferença tributária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

A taxa nominal de imposto é de 25% (ver Nota 2.3.9). A taxa efetiva de imposto encontra-se influenciada pela variação patrimonial relacionada com o Fundo de Pensões e com as menos valias fiscais decorrentes da alienação de imóveis.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registados em balanço é como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Impostos diferidos:		
Ativos	436	862
Passivos	-	-
	<u>436</u>	<u>862</u>
Registados por contrapartida de:		
Resultados do exercício	(185)	(31)
Reservas de reavaliação (justo valor)	580	(500)
Outras reservas e resultados transitados	-	(301)
	<u>395</u>	<u>(832)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante os exercícios de 2012 e 2011 é como segue:

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balança		Resultados	Reserva justo valor
	01.01.2012	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2012
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	269	565	67	141	74	-
- Riscos gerais de crédito	1.018	1.243	254	311	56	-
Prémios de antiguidade	153	159	38	40	2	-
Títulos (reserva justo valor)	1.999	(322)	500	(81)	-	580
Reavaliação imóveis	(112)	(107)	(28)	(27)	1	-
Prejuízo fiscal	-	208	-	52	52	-
	<u>3.327</u>	<u>1.746</u>	<u>832</u>	<u>436</u>	<u>185</u>	<u>580</u>

Descrição	Impostos diferidos						
	Base para imposto		Resultados transitados	Reserva de justo valor	Resultados	Reserva justo valor	Balanço
	01.01.2011	31.12.2011	01.01.2011	01.01.2011	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2011
Provisões tributadas:							
- Crédito hipotecário	318	269	79	-	(12)	-	67
- Riscos gerais de crédito	813	1.018	203	-	51	-	254
Prémios de antiguidade	190	153	47	-	(9)	-	38
Títulos (reserva justo valor)	704	1.999	-	176	-	324	500
Reavaliação imóveis	(116)	(112)	(29)	-	1	-	(28)
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.908</u>	<u>3.327</u>	<u>301</u>	<u>176</u>	<u>31</u>	<u>324</u>	<u>832</u>

6.29 Transações com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, as entidades relacionadas da Caixa são as seguintes:

Nome da entidade

Acionista

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Outras empresas relacionadas

EVT - Empresa de Viação Terceirense, Lda.

Escola de Condução Ilha 3, Lda.

UNICOL - União Cooperativas Lacticínios Terceirense, UCRL

PRONICOL - Produtos Lácteos, SA

SOMAR, Lda.

Membros do Conselho de Administração e Direção Geral

Carlos Manuel Brasil Silva Raulino

José Mancebo Soares

Leonildo Garcia Vargas

António Gabriel Fraga Martins Maio

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o montante global dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas resume-se como segue:

31 de Dezembro de 2012	----- do Conselho de Administração e Direção Geral			Total
	Acionista	Entidades relacionadas		
Ativos				
Crédito	2.046	5.272	27	7.345
	<u>2.046</u>	<u>5.272</u>	<u>27</u>	<u>7.345</u>
Passivos				
Depósitos	1.016	329	281	1.626
	<u>1.016</u>	<u>329</u>	<u>281</u>	<u>1.626</u>
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	8	369	1	378
Comissões recebidas	-	13	-	13
	<u>8</u>	<u>382</u>	<u>1</u>	<u>391</u>
Custos				
Juros e encargos similares	53	2	11	66
Donativos	45	-	-	45
	<u>98</u>	<u>2</u>	<u>11</u>	<u>111</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	313	-	313
	<u>-</u>	<u>313</u>	<u>-</u>	<u>313</u>

31 de dezembro de 2011	do Conselho de Administração e Direção Geral			Total
	Acionista	Entidades relacionadas		
Ativos				
Crédito	1.700	3.936	33	5.669
	<u>1.700</u>	<u>3.936</u>	<u>33</u>	<u>5.669</u>
Passivos				
Depósitos	905	363	244	1.512
	<u>905</u>	<u>363</u>	<u>244</u>	<u>1.512</u>
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	30	230	1	261
Comissões recebidas	-	12	-	11
	<u>30</u>	<u>241</u>	<u>1</u>	<u>272</u>
Custos				
Juros e encargos similares	39	6	11	56
Donativos	-	-	-	-
	<u>39</u>	<u>6</u>	<u>11</u>	<u>63</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	340	-	340
	<u>-</u>	<u>340</u>	<u>-</u>	<u>340</u>

Não foram constituídas quaisquer provisões específicas referentes a saldos com partes relacionadas.

De salientar que todas as operações passivas e ativas com entidades relacionadas foram transacionadas de acordo com o preçário normal da Caixa.

O movimento no exercício de 2012 referente a crédito concedido e depósitos recebidos de entidades relacionadas resume-se como segue:

	Acionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração e Direção Geral	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Empréstimos						
Empréstimos em 1 de janeiro	1.700	1.491	3.936	4.426	33	23
Empréstimos emitidos durante o ano	2.020	1.775	3.399	4.908	62	92
Empréstimos pagos durante o ano	(1.673)	(1.566)	(2.063)	(5.398)	(68)	(82)
Empréstimos em 31 de dezembro	<u>2.046</u>	<u>1.700</u>	<u>5.272</u>	<u>3.936</u>	<u>27</u>	<u>33</u>
Rendimento de juros	<u>8</u>	<u>30</u>	<u>369</u>	<u>230</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Depósitos						
Depósitos em 1 de janeiro	905	304	363	663	244	368
Movimentos líquidos do ano	111	601	(34)	(300)	37	(124)
Depósitos em 31 de dezembro	<u>1.016</u>	<u>905</u>	<u>329</u>	<u>363</u>	<u>281</u>	<u>244</u>
Custo de juros de depósitos	<u>53</u>	<u>39</u>	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>11</u>	<u>11</u>

6.30 Eventos subsequentes

Não foram identificados quaisquer factos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2012.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2012

No cumprimento das disposições estatutárias, o Conselho Fiscal da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo vem apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora levada a cabo no decurso do exercício de 2012, bem como dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas elaborado pelo Conselho de Administração.

Ao longo do ano acompanhámos a gestão nos seus aspetos mais significativos, através de reuniões periódicas com o Conselho de Administração, o Director Geral e o Sr. Provedor da Santa Casa, sendo informados das diferentes políticas seguidas para desenvolvimento da Instituição. Foram ao longo do ano apresentados ao Conselho Fiscal os indicadores mais relevantes da atividade da Caixa Económica e explanadas as principais decisões de gestão. Também foram realizadas reuniões com os Auditores Internos e Externos, para acompanhamento da situação geral da Caixa Económica, sobretudo ao nível do Sistema de Controlo Interno.

Relativamente ao Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração cumpre-nos referir que este documento menciona os factos mais significativos, complementa as contas e esclarece adequadamente a gestão do exercício.

Foram apreciadas todas as demonstrações financeiras e o respetivo anexo.

No respeitante às contas, é nossa opinião que as mesmas foram elaboradas de acordo com as normas legais e princípios contabilísticos aplicáveis, tendo sido certificadas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sem reservas e a cujo teor dá o Conselho Fiscal a sua concordância, pelo que representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira desta Caixa Económica à data de 31 de Dezembro de 2012.

Confirma assim que os documentos apresentados satisfazem os requisitos legais e estatutários.

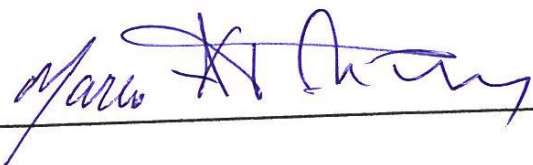
O Conselho Fiscal congratula-se com o desempenho global da Caixa consubstanciado na obtenção de relevantes indicadores relativos para Depósitos e Crédito, atendendo ao reportado pelo sector bancário português e no alcance de sustentáveis e consistentes rácio de solvabilidade e Core Tier 1, confortavelmente acima dos referenciais mínimos do Programa de Assistência Financeira e assumidos pelo Banco de Portugal.

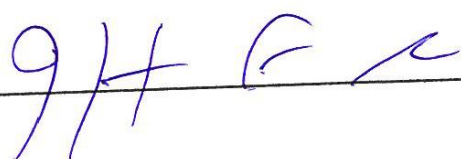
Face ao exposto somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório e Contas respeitantes ao exercício de 2012;
- b) Seja aprovada a aplicação do resultado do exercício, nos termos propostos pelo Conselho de Administração;
- c) Seja lavrado um voto de louvor ao Conselho de Administração, pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo profissionalismo e empenhamento na atividade desenvolvida.

Angra do Heroísmo, 25 de Março de 2013

O CONSELHO FISCAL







Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (“CEMAH”), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de 296.108 milhares de euros e um total de capital próprio de 24.695 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.169 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adotadas na União Europeia, com as exceções previstas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CEMAH, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
 Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
 Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
 Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliário sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

22 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.